



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL – CUPN

CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**MARIA TEREZA CASTRO MIRANDA**

**ESTUPRO COMO ARMA DE GUERRA:**

**ESTUDO DE CASO SOBRE O CONFLITO DA BÓSNIA E HERZEGOVINA**

PORTO NACIONAL/TO

2021

**MARIA TEREZA CASTRO MIRANDA**

**ESTUPRO COMO ARMA DE GUERRA:  
ESTUDO DE CASO SOBRE O CONFLITO DA BÓSNIA E HERZEGOVINA**

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Porto Nacional, Curso de Relações Internacionais para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob orientação da Prof. (a) Gleys Ially Ramos.

Orientadora: Gleys Ially Ramos

PORTO NACIONAL/TO

2021

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

M672e Miranda, Maria Tereza Castro.

Estupro como arma de guerra: estudo de caso sobre o conflito da Bósnia e Herzegovina. / Maria Tereza Castro Miranda. – Porto Nacional, TO, 2021.  
54 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus  
Universitário de Porto Nacional - Curso de Relações Internacionais, 2021.

Orientadora : Gleys Ially Ramos

1. Guerra. 2. Genocídio. 3. Estupro. 4. Bósnia e Herzegovina. I. Título

**CDD 320**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

# **FOLHA DE APROVAÇÃO**

MARIA TEREZA CASTRO MIRANDA

## **ESTUPRO COMO ARMA DE GUERRA:**

### **ESTUDO DE CASO SOBRE O CONFLITO DA BÓSNIA E HERZEGOVINA**

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário e Porto Nacional, Curso de Relações Internacionais para obtenção do título de Bacharel e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Banca Examinadora

---

Prof. Dra. Gleys Ially Ramos, UFT

---

Prof. Dr. Jan Marcel de Almeida Freitas Lacerda, UFT

---

Prof. Ma. Graziela Tavares dos Reis, PROLAM/USP

Porto Nacional, 2021

## **AGRADECIMENTOS**

A primeira pessoa que vou agradecer, sou eu mesma, por não ter desistido do curso, mesmo com meus pais fazendo muita pressão em mim desde que decidi largar o curso de Direito, entretanto, reconheço que sem o suporte financeiro deles a minha perseverança não seria a mesma, então apesar de todas as coisas sou muito grata pelo suporte financeiro.

Quero agradecer também a minha Tia Cláudia, minhas avós Maria do Bonfim e Terezinha por serem mulheres que levo como exemplo, e sempre me ensinaram a correr atrás dos meus objetivos, mesmo que os outros façam e tudo para que eles não se concretizem.

Esse trabalho só foi possível graças aos meus incríveis professores que me ensinaram muito ao longo desses quatro anos, mas vou dedicar um agradecimento especial à minha orientadora Gleys, pois sem o apoio dela nada disso seria possível, ela acredita em mim mesmo quando eu não acredito.

E por último, porém não menos importante quero agradecer aos meus amigos por me ouvirem e aguentarem todos os meus surtos e choros, muito obrigada por tudo, vocês sabem que se não fosse por vocês eu não conseguiria permanecer em Palmas.

## RESUMO

A Iugoslávia foi um Estado criado depois da queda do Império Turco Otomano, e depois da Grande Guerra foi usada para o equilíbrio de poder. Durante a Segunda Guerra Mundial, o Estado conseguiu expulsar o exército nazista com as suas tropas, sem precisar de ajuda externa, e graças a essa façanha o Marechal Josip Tito, torna-se carismático e assume o poder da Iugoslávia, Tito criou a República Socialista da Iugoslávia, onde Eslovênia, Croácia, Sérvia, Bósnia e Herzegovina, Macedônia faziam parte do seu território. Por ser um Estado multicultural fez-se necessário durante a era Tito unificar a identidade nacional para as alianças políticas serem estabelecidas, porém com a morte de Tito toda a ideologia que unificava o Estado vinha se tornando frágil. Quando o líder sérvio Slobodan Milosevic assume o poder, toda o sentimento nacionalista sérvio que estava adormecido vem à tona e o grande sonho de Slobodan era criar a Grande Sérvia. Eslovênia e Croácia não compactuam com esse pensamento de Slobodan e dão início aos primeiros movimentos beligerantes para conseguir a sua independência, dando início assim ao processo de dissolução da Iugoslávia. Assim, foi posta em prática a primeira missão de manutenção da paz em território Iugoslavo, com o intuito de garantir o cessar fogo entre as tropas sérvias e croatas, o processo de dissolução ficou ainda mais violento quando a Bósnia e Herzegovina também proclamou independência da Iugoslávia, iniciou-se assim o conflito mais violento no território iugoslavo – a Guerra da Bósnia, onde o estupro foi utilizado de forma sistemática como arma de guerra para promover a limpeza étnica da população, as mulheres bósnio-muçulmanas foram as principais afetadas por essa estratégia de limpeza étnica.

**Palavras-chave:** Guerra. Genocídio. Estupro. Bósnia e Herzegovina.

## **ABSTRACT**

Yugoslavia was a state created after the fall of the Ottoman Turkish Empire, and after the Great War it was used for the balance of power. During the Second World War, the State managed to expel the Nazi army with its troops, without needing external help, and thanks to this feat, Marshal Josip Tito, becomes charismatic and assumes the power of Yugoslavia, Tito created the Socialist Republic Yugoslavia, where Slovenia, Croatia, Serbia, Bosnia and Herzegovina, Macedonia were part of its territory. Because it was a multicultural state, it was necessary during the Tito era to unify the national identity for political alliances to be established, but with the death of Tito, the entire ideology that unified the state was becoming fragile. When Serbian leader Slobodan Milosevic took over the power, all the Serbian nationalist feeling that was asleep came to the fore and Slobodan's big dream was to create Greater Serbia. Slovenia and Croatia do not agree with Slobodan's thinking and start the first belligerent movements to achieve their independence, thus beginning the process of dissolving Yugoslavia. Thus, the first maintenance mission was put into practice of peace in Yugoslavian territory, in order to guarantee a ceasefire between Serbian and Croatian troops, the dissolution process became even more violent when Bosnia and Herzegovina also proclaimed independence from Yugoslavia, thus starting the most violent conflict in the territory Yugoslavian – the Bosnian War where rape was used systematically as a weapon of war to promote ethnic cleansing of the population, Bosnian-Muslim women were the main ones affected by this ethnic cleansing strategy.

**Keywords:** War. Mass rape. Genocide. Bosnia and Herzegovina.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Maioria étnica no território bósnio antes da guerra .....	36
Figura 2 – Soldado sérvio chutando a cabeça de um bósnio muçulmano baleado .....	38
Figura 3 - Mosaico sobre o cotidiano da população civil durante o cerco a Sarajevo .....	39
Figura 4 - Principais etnias da ex-Iugoslávia pós conflito .....	44
Figura 5 - Manifestantes protestam contra a prisão de Ratko Mladic .....	46



## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Exemplificando as abordagens das missões de paz .....	28
--	----

## LISTA DE ABREVIATURAS

CS	Conselho e Segurança
EUA	Estados Unidos da América
EUA	Estados Unidos da América
MOU	<i>Memorandum Of Understanding</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado Atlântico Norte
SOFA	<i>Status Of Forces Agreement</i>
TCC	<i>Troop Contributing Countries</i>
TPII	Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia
UNMIBH	<i>United Mission for Bósnia-Herzegovina</i>
UNPROFOR	<i>United Nation Protection Force</i>

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO I - OS CONFLITOS E O PANORAMA POLÍTICO DA DISSOLUÇÃO DA IUGOSLÁVIA</b>	<b>15</b>
1.1 Definição de conflito étnico e o enquadramento geográfico da Bósnia	20
1.2 Dimensões de segurança internacional de conflitos étnicos	23
1.3 O que é genocídio e por que ele se enquadra nessa discussão?	25
<b>CAPÍTULO II – MISSÃO DE PAZ NO TERRITÓRIO BÓSNIO</b>	<b>27</b>
2.1 Missões de paz como instrumentos internacionais	27
2.2 Missões de Paz na Bósnia e Herzegovina	29
2.3 As fragilidades evidenciadas – Missões de Paz?	31
<b>CAPÍTULO III O CONFLITO EM TERRITÓRIO BÓSNIO E O PAPEL DAS MULHERES NA GUERRA DA BÓSNIA E HERZEGOVINA</b>	<b>34</b>
3.1 Conflitos, Consequências e o Cotidiano da Guerra	34
3.2 Mulheres e Violações de seus Direitos nos conflitos Bósnios	39
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>47</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>49</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é compreender quais as implicações da morosidade da comunidade internacional em agir diante de um possível conflito na Bósnia da década de 1990, analisando as graves consequências desse “desdém” em meio a uma sociedade dividida em grupos étnicos, destacando, dentro desse grupo, as mulheres.

É importante frisar que mulheres em zonas de conflitos armados terão seus direitos quase sempre violados, esse sendo o panorama encontrado nas análises aferidas na Iugoslávia. As identidades nacionais criadas por Josip Broz Tito não conseguiram se sobrepôr à ascensão do nacionalismo após o falecimento do líder iugoslavo. As consequências foram os vários movimentos beligerantes que acarretaram na dissolução do Estado da Iugoslávia.

Diante do exposto acima, estruturamos este trabalho em três capítulos com subitens que permitem caracterizar melhor os objetivos propostos na estrutura do trabalho. O primeiro capítulo apresenta como todo o contexto histórico da criação da Iugoslávia foi um dos principais causadores de sua dissolução, além de enumerar quais foram as consequências dessas ações.

No segundo capítulo explana-se sobre o que são as missões de paz e quais são os instrumentos utilizados nessas operações. No início dos anos 2000, Kathy Bolkovac fez uma série de denúncias sobre os abusos sexuais cometidos por integrantes das missões que foram implementadas na Bósnia e Herzegovina, como consequência disso o capítulo irá elencar quais foram as resoluções e memorandos criados para conter esse tipo de prática.

O terceiro e último capítulo retrata especificamente o estudo de caso desta monografia: o conflito na Bósnia e Herzegovina<sup>1</sup>. Ao analisar este conflito, expõem-se as ações tanto do exército comandado por Slobodan Milosevic, quanto pelos civis que viviam no território, especialmente as mulheres. É neste capítulo também que se detalha o genocídio sofrido pela população bósnio-muçulmana e como o estupro fora amplamente utilizado para promover uma limpeza étnica.

Sobre a teoria e os procedimentos metodológicos, para este trabalho escolheu-se como um dos principais apoios teóricos às Teorias Feministas, e é característica da metodologia feminista a capacidade de escrita por sínteses. As Teorias Feministas ainda são consideradas perspectivas alternativas dentro das Relações Internacionais, não sendo reconhecidas as suas contribuições na construção das análises nesta área de atuação.

---

<sup>1</sup> Foi utilizado Bósnia e Herzegovina por ser essa nomenclatura que consta no site do Ministério das Relações Exteriores.

Segundo Fred Halliday (1999) no livro *Repensando as Relações Internacionais*, as questões feministas ganharam notoriedade somente no chamado terceiro debate. De acordo com Nogueira e Messari (2005, p. 223) “[C]om o estupro de mulheres se tornando uma arma para limpeza étnica em algumas das guerras de caráter étnico da década de 1990, a disciplina de Relações Internacionais não teve mais como lidar com a relevância da categoria de gênero na política internacional”. (NOGUEIRA; MESSARI, 2004, P.223)

Vale ressaltar que a invisibilidade da mulher nos conflitos armados contribui para que estes sejam mais cruéis e potencializa a opressão feminina, tornando isso um problema que perpassa os mais diversos âmbitos. Mudanças, principalmente estruturais, são necessárias, bem como medidas mais efetivas da comunidade internacional que tenham a capacidade de promover a segurança feminina e, como consequência, contribuam para a paz. Para Kimberlé Crenshaw, não se pode permitir que haja divergência entre as mulheres (e, conseqüentemente, sobre seus direitos), e nem que lhes sejam negados cuidados e preocupações iguais sob o regime predominante dos Direitos Humanos (CRENSHAW, 1999, s/p).

Outro ponto dessa teoria com a pesquisa advém das análises de Zalewski e Enloe (1995) citadas por Nogueira e Messari (2005, p. 223), que afirmam que “[...] a masculinidade e a sexualidade ocidentais são permanentemente invocadas nos treinamentos militares, nas estratégias de defesa nacional e nos discursos de dirigentes políticos, tornando-os um importante elo de ligação entre como se pensa e como se age. ” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 223)

Para além dos sujeitos apresentados na pesquisa e de uma teoria que busque explicar, mas também compreender, as especificidades de determinado grupo social – e dentro desse grupo, entender como operam os marcadores sociais tais como raça-etnia, classe, gênero, territorialidades, sexualidade, idade dentre outros –, a ideia é também propor uma reflexão tal qual foi acolhida por Ventura e Kritsch (2017), de entender a potencialidade de produzir conhecimento e propor desenhos de pesquisa variados para o campo das Relações Internacionais a partir do Feminismo. Noutras palavras, “uma pesquisa pode, por exemplo, questionar a estrutura interna das explicações tradicionais e um campo mobilizando conceitos como gênero e sexo sem problematizar as metodologias que são constitutivas do cânone das RI” (VENTURA; KRITSCH, p. 26, 2017).

A metodologia utilizada para a elaboração desta monografia deu-se em função dos objetivos de investigação. O principal foi a revisão bibliográfica de artigos com abordagem qualitativa. Os métodos utilizados para expor os dados que foram obtidos através da revisão bibliográfica foram a pesquisa histórica e o estudo de caso. Periódicos e obras de não-ficção,

em especial o livro de Jacques Sémelin *Purificar e Destruir* (2005) e artigos escritos por Sérgio Luiz Cruz Aguilar serviram de embasamento para o método de pesquisa histórica. As obras de Ellen Beverly, Paula Drummond Campos, Cecília fl e Gilberto Bercovici etc. serviram de embasamento para o método e estudo de caso.

Os filmes “A Informante” (Dirigido por Larysa Kondracki) e “Quo Vadis, Ainda?”, foram utilizados para elencar os fatos ocorridos no período do conflito para que houvesse maior compreensão e interesse do assunto abordado na monografia, as descrições dos filmes constam no corpo do texto por forma de síntese que devido a metodologia da Teoria Feminista nos permitiu a aplicabilidade dessa maneira. As fotografias de Ron Haviv, Tom Stoddart, David Bathgate e Antoine Gyori, foram utilizadas para melhor exemplificar o cunho étnico do conflito e como era o cotidiano durante o Cerco a Sarajevo, as fotografias estão inseridas no banco de imagens Getty Image na internet. Outras figuras ilustrativas utilizadas na monografia são para dimensionar o território da Iugoslávia e da Bósnia e Herzegovina.

Foi utilizada também, no segundo capítulo da monografia, a revisão sistemática para ajudar na compreensão dos tipos de abordagens das missões de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) e também para auxiliar na tentativa de definir quais abordagens foram utilizadas nestas missões.

## CAPÍTULO I – OS CONFLITOS E O PANORAMA POLÍTICO DA DISSOLUÇÃO DA IUGOSLÁVIA

Este capítulo tem o objetivo de elencar o processo de unificação e dissolução da Iugoslávia, e quais fatores internos e externos contribuíram para a ocorrência do conflito. Tem o objetivo também de elencar e compreender a classificação de genocídio e conflito étnico que ocorreram durante os movimentos beligerantes da dissolução do Estado iugoslavo.

O Reino dos Eslavos do Sul (Iugoslávia) foi um Estado cujo processo de criação está inserido no final da Primeira Guerra Mundial devido ao colapso do Império Austro-Húngaro. A priori, este esfacelamento aconteceu para que houvesse equilíbrio do poder depois da Primeira Guerra Mundial. No novo Estado do leste europeu, coexistiam populações que não possuíam muitas coisas em comum e eram inimigas históricas em outros aspectos, marcando assim a multiplicidade cultural.

A Iugoslávia tornou-se independente em 1929, sendo fragmentada durante a Segunda Guerra Mundial em 1941, quando tropas alemãs invadiram o território, dividindo-o internamente. A invasão nazista fez com que alguns grupos apoiassem a presença dos invasores, enquanto outros grupos eram contra. A questão primordial dessa invasão é que a Iugoslávia conseguiu sozinha expulsar o exército nazista, tal proeza se deu graças a dois grupos de guerrilha: as Tropas Paneslavas, lideradas pelo Coronel Dragoljub Mihailovic, e os Partesanos de orientação comunista, liderados pelo Marechal Josip Tito.

Com a vitória partisan sobre os exércitos de ocupação, Tito reunificou os territórios iugoslavos sob a ideologia comunista. A nação ganhou status de federação, garantindo autonomia e soberania às suas seis repúblicas: Croácia, Sérvia, Eslovênia, Macedônia, Bósnia-Herzegovina e Montenegro, além de duas regiões autônomas na Sérvia, Vojvodina e Kosovo. Assim, a Iugoslávia era constituída por cinco nacionalidades, quatro principais religiões, três idiomas e dois alfabetos distintos. Apesar da diversidade étnica, linguística e religiosa, não ocorreu nenhum conflito nacionalista ou movimento de resistência ao Estado da Iugoslávia nos primeiros quinze anos de sua formação (SEVERO, 2011, p.68).

Por ser uma figura muito carismática o Marechal Josip Tito ascendeu politicamente e passou a liderar a Iugoslávia, e sob seu comando foi criada a República dos Estados Socialistas da Iugoslávia e durante o período da Guerra Fria mesmo sendo uma República Socialista, a Iugoslávia não foi aliada direta da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). O Estado não obedecia irrefletidamente às ordens de Moscou, tornando-se uma exceção dos países da Cortina de Ferro<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> “A expressão ‘cortina de ferro’ foi criada pelo político britânico Winston Churchill. Ele a usou, pela primeira vez, durante um discurso que pronunciou na cidade de Fullton, Missouri, em 1946. Com este termo, o ex-primeiro ministro britânico alertava que o governo de Stálin continuaria a influenciar os territórios que havia libertado

Por ser um Estado criado para tentar contemplar a divisão existente desde o final da Primeira Guerra Mundial (LOUREIRO, 2017, p. 44)<sup>3</sup>, no ano de 1918, teve-se a necessidade de idealizar a identidade nacional para que, desta forma, ocorresse união política. Assim, formou-se um Estado com várias nações, com identidade nacional frágil, na qual não havia harmonia entre os diversos povos que formavam a unidade governamental, sendo, portanto, sua criação a procura por senso coletivo para se proteger daquilo que ficou conhecido como política do medo. Destacado por Keegan (1995):

A política de Tito de sobrepor uma campanha pan-iugoslava, pró comunista e anti-Eixo à teia de conflitos étnicos e religiosos, colaboracionistas e ante colaboracionistas locais já em andamento, como também de romper todas as tréguas onde quer que as encontrasse, teve de fato o efeito de transformar muitas guerras pequenas numa única guerra. (KEEGAN apud AGUILAR; MATHIAS, 2011, p. 71)

Brukner (1971) afirma que a Iugoslávia só foi possível de ser criada em razão do comunismo, utilizando-se do medo do ressurgimento dos massacres ocorridos nas (grandes) guerras. Noutra via, as políticas por Tito implementadas foram uma tentativa de neutralizar as diferenças que poderiam ameaçar a unidade do país, objetivando fazer com que as minorias tivessem o sentimento de pertencimento para com aquela nação. Como resultado, a nação muçulmana ganhou espaço, concebendo os eslavos mulçumanos, como sendo um dos poucos povos europeus identificados por esta religião. Os bósnios mulçumanos (bosniaks) também faziam parte desse grupo no qual a religião era a “definição de etnia”, ou seja, a religião definia o grupo.

A identidade nacional proposta por Tito contemplava apenas uma alusão do que poderia vir a ser. Com sua morte, os interesses políticos afloraram dentre as diferentes etnias que predominavam no país. Nesse sentido, com o fim da era Tito, o controle do Estado passou a ser do líder sérvio Slobodan Milosevic, que não conseguiu conter a crise. Os conflitos voltaram a emergir e se agravaram, principalmente entre Sérvia e Croácia. O estopim se deu em 1985, juntamente com a crise econômica que desestabilizava o país (MAIA, 2001).

Em 1986, a Academia Servia de Artes e Ciências publicou um documento chamado *Memorandum*, no qual afirmava que a Iugoslávia estava à beira da desintegração e

---

durante a Segunda Guerra Mundial e os isolaria da Europa Ocidental. A expressão "cortina de ferro" seria usada durante o período da Guerra Fria para caracterizar o mundo dividido em países capitalistas e socialistas.” Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/cortina-de-ferro/>>. Acessado em: 18 de fevereiro de 2021.

<sup>3</sup> A eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) promoveu mudanças no mapa europeu. Entre suas consequências, fronteiras foram refeitas e novos Estados nacionais formados na península balcânica. Afinal, um dos motivos para o conflito foi o escalonamento das tensões entre o Império Austro-húngaro e o Reino Sérvio, que reivindicavam controle sobre território peninsular.<sup>25</sup> Ademais, com o avanço da Guerra e o enfraquecimento do Império Habsburgo, intensificou-se a disputa territorial. Essa disputa foi agravada pelo Tratado de Londres (1915), que cedia regiões com população eslava à Itália, em troca de apoio contra a Tríplice Aliança. (LOUREIRO, 2017, p. 44-45)



culpava a política apaziguadora de Tito. A Sérvia teria sido prejudicada pela concessão da autonomia para as províncias da Vojvodina (ao norte) e do Kosovo (ao sul). Salientava que os sérvios estavam à mercê de nacionalismos croata e albanês que emergiram, colocando em perigo as comunidades sérvias da Krajina (região da Croácia de maioria sérvia) e do Kosovo (de maioria albanesa, mas com uma substancial população sérvia). O documento fazia menção ao ressurgimento do Estado *ustaša* na Croácia e da suposta retirada forçada de 200 mil sérvios de Kosovo nos últimos vinte anos. Afirmava ainda que “o genocídio físico, político, legal e cultural da população sérvia do Kosovo configura uma derrota histórica pior do que as verificadas nas guerras de libertação promovidas pela Sérvia” e que o governo deveria estabelecer condições objetivas para o retorno do “povo exilado” (JUDAH apud AGUILAR, 1997, p. 444).

Sem um líder que buscasse unificar as identidades nacionais, o sentimento nacionalista veio à tona. A população albanesa que residia no Kosovo<sup>4</sup> pediu independência da Sérvia para que assim pudesse se tornar a mais nova república iugoslava. Tal movimento separatista foi duramente contido pelo exército (dominado por Slobodan), exaltando assim o nacionalismo sérvio.

O movimento separatista e a severa intervenção do exército sérvio em Kosovo revitalizaram movimentos semelhantes em dois países: Croácia e Eslovênia. Com a crise econômica ascendendo de maneira explícita na Iugoslávia terminou por ser inviável tentar manter a união entre os países. Dados os eventos contínuos na União Soviética no final da Guerra Fria, não havia ideologia para manter sequer uma aliança. Desta forma, as diferenças raciais, culturais, religiosas e sociais, mesmo que de maneira sutil, foram ganhando força e cresceram na mesma proporção da deterioração econômica.

O movimento de croatas e eslovenos acarretou grandes tensões na região, principalmente devido à oposição dos sérvios a esta divisão. Tal tensão existiu, principalmente, porque os sérvios que viviam nesses dois países (Eslovênia e Croácia) se opuseram sistematicamente à libertação dos mesmos. Essas tensões foram sustentadas durante vários anos, pois a hegemonia política na região era sérvia. Inicialmente, isso levou eslovenos e croatas a exigirem maior representação na Iugoslávia. Essa necessidade rapidamente se tornou vontade de autodeterminação, de independência.

---

<sup>4</sup> Em 1380, os turcos invadiram a Sérvia e em 28 de junho de 1389, derrotaram os sérvios numa batalha na região de Kosovo Polje. A Batalha foi o evento mais significativo na história do povo sérvio. Na realidade, foi apenas uma das inúmeras ocorridas contra os otomanos que já dominavam várias partes dos Bálcãs. Apesar do exército do rei sérvio Lazar Ser multiétnico (composto por sérvios, macedônios, albaneses, bósnios, croatas e búlgaros), a literatura sérvia fez de Kosovo a semente da história, cultura, herança e da própria nacionalidade sérvia. A derrota militar foi glorificada, o rei considerado mártir e o local da batalha declarado monumento. A igreja usou a batalha para a formação da consciência nacional sérvia, associando supostos acontecimentos difundidos e a lenda criada pela literatura com simbolismos cristãos, além de erguer uma grande quantidade de mosteiros e igrejas ortodoxas na região do Kosovo (AGUILAR, 2003, p. 39–40).

Quando Franjo Tudjman foi eleito presidente da Croácia, iniciou-se uma política hostil à população sérvia que lá vivia. Houve retirada dos croatas de ascendência sérvia dos postos de poder administrativo civil, alteração do nome de ruas, reivindicações à língua croata e criou-se uma nova bandeira nacional croata. Essa iniciativa de Tudjman ameaçou a formação da “Grande Sérvia”<sup>5</sup> pretendida por Slobodan, pois o presidente croata tinha intenção de constituir a “Grande Croácia”<sup>6</sup>.

Tanto Slobodan quanto Tudjman queriam a divisão da Bósnia entre eles sem levar em consideração a população muçulmana que habitava o país. Assim foram surgindo os movimentos beligerantes em busca da independência das repúblicas iugoslavas que culminaram em uma série de embates com o governo de Belgrado (capital da Sérvia). Este, incapaz de impedir a expansão territorial dos países que se tornaram independentes.

A Iugoslávia é um país com dois alfabetos (latim e cirílico), três línguas (Macedônia, Eslovênia e Sérvia-croata) e cinco grupos étnicos (Croácia, Eslovênia, Sérvia, Bósnia-muçulmana e Macedônia) e um vasto número de minorias nacionais, a exemplo dos búlgaros, albaneses e húngaros, além de, evidentemente, suas seis repúblicas (Sérvia, Eslovênia, Croácia, Montenegro, Macedônia, Bósnia-Herzegovina). Foi diante dessa “colcha de retalho” como muitos pesquisadores se referem a esse período da Iugoslávia, que se iniciou o maior conflito em território europeu depois da Segunda Guerra Mundial. A figura 1 busca dar uma localização da área mencionada no debate aqui proposto.

A guerra civil começou em junho de 1991 com o anúncio da independência da Eslovênia. Foi uma guerra relativamente curta – apenas dez dias – e terminou com a formalização da independência do país. Desde então, o foco da tensão mudou para a Croácia, onde existem muitos sérvios.

Na Croácia, em fevereiro de 1992, a população sérvia que vivia em território croata auto proclamou sua independência do território da Croácia, criando um bloqueio, surgindo assim, a República Krajina com o apoio irrestrito de Slobodan Milosevic. Em decorrência disso, em março do mesmo ano, aconteceram os primeiros confrontos com a polícia croata, e em junho a

---

<sup>5</sup> Algo que era ressaltado na imagem do império medieval sérvio, ignorando completamente as fronteiras existentes da Federação Iugoslava, e dadas as grandes proibições voltadas aos não sérvios como, por exemplo, o toque de recolher, proibição de reunião, usar rios e direito a sair da cidade. (AGUILAR; MATHIAS, 2012, p. 448)

<sup>6</sup> O termo foi uma plataforma para o extremo nacionalismo croata durante a maior parte do século XX, especialmente quando o país pertenceu ao Reino da Iugoslávia, durante a Segunda Guerra Mundial (quando os croatas se aliaram à Alemanha nazista para fundar o Estado Independente da Croácia) e durante as Guerras Iugoslavas na década de 1990, que culminaram com a independência croata. (AGUILAR; MATHIAS, 2012, p. 449)

Croácia se declarou independente iniciando a guerra civil na república (SILBER; LITTLE, 1996).

Porém, à medida que a independência da Eslovênia foi sendo firmada, e a independência dos croatas continuou a se desenvolver, os bósnios se viram pressionados a embarcar na mesma jornada, posto que, politicamente falando, eles perderam a maior parte do seu poder na Iugoslávia após a independência da Eslovênia e da Croácia.

A situação na Bósnia tendeu a ser mais complicada, pois reunia em sua região muita diversidade étnica e ainda agregava povos de diferentes religiões em animosidade (os bósnios muçulmanos, os bósnios-sérvios cristãos ortodoxos e os bósnios-croatas cristãos católicos). Cada um desses grupos tinha interesses diferentes em relação à Bósnia, o que é outro fator de tensão na região: os bósnios muçulmanos miravam na luta pela independência; os bósnios-sérvios não eram a favor da independência da Bósnia e defendiam a formação da Grande Sérvia; os bósnios-croatas defendiam a adesão da região da Bósnia a Croácia.

As duas grandes figuras por trás dos sérvios são o presidente sérvio Slobodan Milosevic e o líder sérvio na Bósnia, Radovan Karadzic. Ambos não aceitaram veementemente a independência defendida pelos bósnios. Karadzic evidenciou em seu discurso tal tensão na região como é possível identificar no seguinte trecho: “Sacrificarei a paz pela soberania da Bósnia-Herzegovina, mas não sacrificarei a soberania da Bósnia-Herzegovina pela paz” (NIKSIC; RODRIGUES, 1996, p.40).

Com a insurgência do sentimento nacionalista, fez surgir os movimentos beligerantes que buscavam a independência do seu país, porém com a violenta repressão do exército sérvio as minorias étnicas passaram a ser perseguidas iniciando assim o conflito étnico.

### **1.1 Definição de conflito étnico e o enquadramento geográfico da Bósnia e Herzegovina.**

Existem algumas definições políticas para os conflitos étnicos e a forma de enquadrá-los não necessariamente coincide. Os autores Sémelin (2005) e Zaffaroni (2011) definem o conflito étnico respectivamente como sendo um processo particular de destruição de civis que visa à erradicação total de uma coletividade, cujos critérios são definidos por aqueles mesmos que visam dizimar a partir da destruição.

[...]toda prática de homicídio de um número considerável de pessoas por parte de agentes de um estado ou de um grupo organizado com controle territorial, em forma direta ou com clara complacência destes, levada a cabo em forma conjunta ou continuada, fora de situações reais que guerra que importem forças mais ou menos simétricas. (ZAFFARONI, 2011, p. 431)

Além disso, por vezes as identidades passam por mutações como o desaparecimento do status de “iugoslavo” tão constantes a partir de 1991, ou seja, as pessoas que anteriormente se chamavam iugoslavas tiveram que mudar para outras identidades nacionais, como sérvios, croatas ou outras nacionalidades. Fica evidente que os sujeitos sociais inseridos nessa lógica do conflito mudam suas identidades de acordo com a situação (imposta) – ou mudam ao menos as identidades que usam politicamente.

Há estudiosos que propõem que a identidade étnica não é uma definição "primitiva", mas apenas "instrumental" (HARDIN, 1995, p. 70). Partindo desta premissa, as pessoas seguirão líderes "nacionais" quando forem do interesse desse líder usar essa identidade como projeto político, e esses líderes irão utilizar ou construir uma unidade étnica-racial para servi-los. E o que isso implica? Essa visão da identidade racial significa que os conflitos raciais são atribuídos, principalmente, por líderes autoritários que alienam seus seguidores na busca de potencializar seu próprio poder.

Uma outra definição sobre identidade étnica-racial combina as definições instrumentais de políticas e enfatiza o grau em que as pessoas criam suas identidades. Nessa perspectiva a identidade é construída por um grupo com poucas intervenções diretas de um estado. Expressada por termos como “Invenções tradicionais” de Hobsbawn e Ranger (1992), essa visão aponta que a identidade étnica-racial é “construída socialmente”<sup>7</sup>.

No entanto, na realidade aferida a região dos inúmeros e intensos conflitos, as identidades tendem a ser o resultado das políticas de estado e políticas de governos sérvios no final do século XIX (SNYDER, 2000). Antes disso, a maioria dos sérvios sequer se consideravam sérvios. Da mesma forma, políticos sérvios como Slobodan Milosevic usaram a etnia sérvia de forma instrumental na década de 1990 para buscar seu próprio poder, mas a identidade só “funcionou” politicamente porque a identidade foi previamente construída (com imposição violenta em alguns casos) na sociedade.

A partir disso, surge o questionamento: o que são esses conflitos violentos? A resposta menos complexa é o poder político do território disputado. A maioria dos conflitos envolvem uma minoria étnica que deseja se separar e formar seu próprio país, ou pelo menos sua própria região autônoma. Em outros casos, as nações rebeldes esperam assumir o governo de todo o país.

---

<sup>7</sup>“Conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas [...], de natureza ritual ou simbólica, [que] visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado”. (HOBBSAWM.; RANGER, 1997. p.90.)

Evidentemente, conflitos étnicos (políticos, violentos, fatais) ocorreram praticamente em toda a história da humanidade e mais recentemente tem sido a característica de definição em várias partes do mundo, mas como e por que eles acontecem tem despertado o maior interesse das análises internacionais. Com muita frequência, começam repentinamente após um evento aparentemente menor e uma vez iniciados, sua dimensão aumentará, provocando violência generalizada em toda a região ou espaço onde se encontra agregado.

Para além disso, embora muitos desses conflitos envolvem pouco ou nenhum plano, quase sempre envolvem uma seleção cuidadosa das pessoas a serem vitimadas. Não estão preocupados com possíveis efeitos na sociedade civil, seus métodos por causa desse desdém, muitas vezes denotam crueldade indescritível, violências diversas, violações de direitos, dentre esses, tortura física, a fome e o estupro de vulneráveis/vulnerabilizados. Potencializando essa afirmação, geralmente não se faz distinção entre idade e gênero na aplicação da violência: crianças de todas as idades, homens e mulheres podem ser torturados, violados e assassinados.

Dentre as características levantadas para se concretizar um conflito, primeiro, deve haver hostilidades contínuas entre os grupos – inclusive tensões de longo prazo que promovam assassinatos. Em segundo lugar, é necessário apoio social autorizado: os manifestantes em potencial precisam ser garantidos por uma declaração pública dos líderes de suas comunidades de que faz sentido matar ou violar direitos de membros de outros grupos. Finalmente, deve haver estímulo, isto é, certos eventos – geralmente sugerindo uma ameaça – podem levar ao medo, raiva ou ódio por parte do grupo rebelde (KAUFMAN, 2001, p. 209).

A interpretação da guerra civil étnica se divide de forma semelhante, a saber: método da psicologia social, método da mobilização social e método instrumental. A abordagem instrumental começa com a oportunidade de agir pelos insurgentes com governos frágeis, grandes populações e terreno inacessível criam a abertura de que os extremistas precisam para agir (FEARON; LAITIN, 2003, p.88).

Para alguns teóricos como Gagnon (1995), os líderes extremistas que buscam tomar ou manter o poder também são importantes na análise. Os principais perfis signatários demonstram que incitam diferenças raciais e a violência para criar um efeito de “manifestação sob a bandeira” e unem seus grupos por conta própria em torno de uma liderança. Para Snyder (2000) esses líderes ainda contam com suporte da mídia extremista desempenha um papel fundamental, pois busca prestígio apelando à lealdade da organização, apresentando as notícias na forma de “nós” versus “eles”.

Em síntese do que foi supracitado por Gagnon (1995) e Snyder (2000), existem fatores políticos que são trabalhados juntos: líderes extremistas fornecem heróis promovidos pela mídia

extremista, enquanto representantes da mídia unilateral parecem confirmar a afirmação dos líderes extremistas de que suas organizações devem se unir contra o “inimigo”. Um dos exemplos mais proeminentes de líder extremista é de Slobodan Milosevic.

Aderindo à proposta de uma abordagem psicossocial tal debate nos coloca alguns questionamentos: por que as pessoas seguem esses líderes extremistas? Mesmo que as pessoas sejam mobilizadas como grupos étnicos e queiram defender seus próprios interesses, por que ainda seguem líderes extremistas que desejam violência, em vez de seguir líderes moderados que trabalham pela paz?

A teoria política simbólica oferece uma resposta que enfatiza o papel dos mitos e medos do grupo. Lembre-se de que um grupo é definido por seu complexo de símbolos mitológicos – ele conta a história do grupo e a teoria política simbólica de identidade sugere que quando o complexo de símbolos mitológicos do grupo aponta para outro grupo como um inimigo, seus membros ficarão vulneráveis a serem hostis a esse grupo. Então, os políticos serão capazes de apelar para símbolos hostis do passado, como Slobodan Milosevic referindo-se à campanha de Kosovo, por exemplo. (KAUFMAN, 2001, p. 210-211)

Por fim, é imperioso compreender a partir das premissas de Kaufman (2001), que se um grupo estiver convencido de que está em perigo de extinção – sendo aniquilado ou ameaçado a ser por outro grupo – eles podem ser persuadidos a apoiar medidas extremas que se revelam como “legítimas defesas”. Para entender como esses processos complexos funcionam na prática, consideremos em detalhes a dissolução da Iugoslávia, um dos mais sangrentos das últimas décadas, dando ênfase à luta trilateral na Bósnia.

## **1.2 Dimensões de segurança internacional de conflitos étnicos**

Para Buzan e Hansen (2009, p. 128), segurança internacional é a discussão sobre como proteger o Estado de ameaças internas e externas, essa preocupação surgiu após o fim da Segunda Guerra Mundial, ou seja, são as questões militares e estratégicas, sendo o Estado a pessoa principal. A ameaça à segurança nacional em conflitos étnicos está relacionada ao fato de que os conflitos étnicos transcendem as fronteiras nacionais e as diásporas frequentemente desempenham um papel importante.

A situação na Bósnia ilustra o impacto generalizado do que foi dito na seção anterior. Primeiro, as políticas de conflito étnico transcendem as fronteiras nacionais, e as diásporas étnicas frequentemente desempenham um papel importante. A título de exemplo, a comunidade de imigrantes croatas nos Estados Unidos forneceu financiamento generoso ao líder nacional

da Croácia, Franjo Tudjman, tornando seu partido melhor do que seus rivais moderados nas primeiras eleições livres da Croácia em 1990 (KAUFMAN, 2001, p.210).

Kaufman (2001) afirma ainda que em 1991, uma minoria croata radicada e que detinha influência política na Alemanha também demonstraram apoio a essa política externa. Esse apoio minaram os esforços internacionais para prevenir a guerra. É importante ressaltar que nessa época, o então Secretário de Estado dos EUA – James Baker, visitou a Iugoslávia pouco antes do início da guerra em 1991, além disso, os esforços da Alemanha para conter eslovenos e croatas não tiveram êxito. Portanto, os imigrantes croatas ocidentais desempenharam um papel importante na separação da Iugoslávia e na guerra subsequente.

O segundo impacto internacional das guerras civis étnicas é o surgimento de refugiados. Qualquer guerra causará deslocamentos, porque os civis fogem da zona de guerra para salvar suas vidas. Entretanto as guerras civis nacionais podem produzir grande número de refugiados, porque essas guerras geralmente dizem respeito a qual grupo controlará a terra disputada, então massacres e expulsões (limpeza étnica) são armas frequentemente usadas. Quando as vítimas permanecem em seus próprios países, como a maioria dos 1,8 milhão de pessoas deslocadas na Bósnia, elas são tecnicamente "pessoas deslocadas internamente" ao invés de refugiadas e seu impacto internacional é limitado ou muito pouco perceptível.

Outro efeito das guerras civis étnicas é que, na maioria das vezes, se tornam questões importantes na diplomacia internacional. Com a escalada das crises na Croácia e na Bósnia entre 1991 e 1992, respectivamente, os diplomatas discutiam a melhor forma de evitar a guerra. À medida que as tensões na Bósnia se intensificaram – em meados da década de 1990 –, governos ocidentais estavam sob crescente pressão para tomar medidas que pudessem conter a emergência humanitária causada pela limpeza étnica na região (KAUFMAN, 2001, p.210).

Para Saidman (2001) o panorama geral o interesse internacional em conflitos étnicos costuma ser forte, e as forças de manutenção da paz nem sempre são eficazes, os atores internacionais tendem a recorrer direta ou indiretamente a intervenções violentas. A intervenção indireta em guerras civis étnicas é bastante comum: países estrangeiros geralmente fornecem materiais, armas e treinamento militar para seu lado “escolhido”. Em muitos casos, esse tipo de assistência internacional também se deve a razões étnicas, mas ela é sobretudo política – o Estado apoia o partido mais próximo a si.

### **1.3 O que é genocídio e por que ele se enquadra nessa discussão?**

Iniciamos esse tópico com as proposições de Valente (2015), acerca do crime de genocídio, sem entrar no mérito de fato de que o nosso objeto espacial de análise está dentro do

escopo da designação. Para a autora, a criminalização do genocídio representa importante passo da comunidade internacional na proteção dos direitos humanos. A elaboração do tipo penal é resultante da política internacional e é necessária cautela para identificar os tipos de massacre que foram incluídos na definição e aqueles que foram deixados de fora.

Ainda para Valente, o conceito de genocídio é um campo de disputa. O crime de genocídio é, relativamente, uma novidade. Expandindo essa afirmação:

A palavra genocídio foi criada apenas em 1944 pelo jurista estadunidense de origem polonesa Raphael Lemkin, em sua obra *Axe's Rule in Occupied Europe*, portanto enquanto Auschwitz ainda funcionava e embora a informação confiável disponível sobre o que de fato ocorria na Europa nazista não fosse muita. Genocídio designa o processo de aniquilação de um povo. A palavra teria sido inspirada por um sentido biológico, mesmo genético, baseado na visão racial hitleriana. A ideia de Lemkin abarca não só os assassinatos em massa, mas também outros métodos, tais como medidas de restrição de nascimentos e tratamento desigual de determinados povos em matéria de alimentação e saúde. Para ele, a execução de um genocídio pressupõe um plano destinado a organizar tais métodos, que não são aplicados aos indivíduos enquanto tais, mas em razão de seu pertencimento a determinado grupo (VALENTE, 2015, p. 247).

É um fenômeno empírico, um conceito jurídico analítico e um argumento de intervenção. É importante frisar que ao desenvolver o conceito, Raphael Lemkin (1944) o faz em reação ou compelido a proteger, juridicamente, minorias ameaçadas e pela necessidade de formular instrumentos jurídicos internacionais que pudessem mobilizar a comunidade internacional para visibilizar e defender grupos sociais inseridos na lógica de conflitos étnicos. Portanto, para Lemkin, genocídio consiste em:

Um plano coordenado de diferentes ações visando à destruição dos alicerces essenciais da vida dos grupos nacionais, com o objetivo de aniquilar os próprios grupos. Os objetivos de tal plano seriam a desintegração das instituições políticas e sociais, da cultura, da língua, dos sentimentos nacionais, da religião e da existência econômica de grupos nacionais, e a destruição da segurança pessoal, liberdade, saúde, dignidade e até mesmo a vidas dos indivíduos pertencentes a tais grupos. O genocídio é dirigido contra o grupo nacional como uma entidade, e as ações envolvidas são dirigidas contra os indivíduos, não em sua capacidade individual, mas como membros do grupo nacional. (LEMKIN apud FLAUSINA, 2014, p. 123)

De acordo Peres (2016), a primeira vez em que foi juridicamente tratado como crime internacional foi na Convenção para Prevenção e Repressão do Genocídio de 1948, isto é, quatro anos após o termo ser cunhado. Na ocasião, foi separado do conceito de crimes contra a humanidade em razão de suas próprias características, sendo estabelecido, posteriormente, no artigo 6º do Estatuto de Roma<sup>8</sup>, diferenciando-se definitivamente crime de genocídio e crime contra a humanidade.

---

<sup>8</sup> “Em 17 de julho de 1998 era assinado o Estatuto de Roma, tratado internacional que criou o Tribunal Penal Internacional (TPI), organização internacional permanente e independente que tem competência para julgar



Oliveira (2003) citado Taquary e Corrêa (2015) aprofunda o debate ao enfatizar que a morte de membros dos grupos perseguidos é a expressão e mais robusta do genocídio, porque extermina não apenas com a vida, mas destrói todos os outros direitos que foram ou seriam gerados com esta.

Para Taquary e Corrêa (2015, p. s/p), os elementos componentes do crime de genocídio, em regra, são condutas caracterizadas como crimes autônomos nos diversos sistemas penais domésticos, como o aborto; o estupro; a redução a condição análoga de escravo; torturas e maus-tratos.

A partir dessas definições e tomando nota de que a explosão de violência nas guerras de secessão iugoslava no início da década de 1990 concentrou a atenção acadêmica na região dos Bálcãs e em sua história sangrenta. Mas foram os eventos apocalípticos no pequeno país centro-africano de Ruanda, entre abril e julho de 1994, que deram um ímpeto decisivo ao estudo comparativo.

Outros fatores foram o acirramento das condições dos conflitos. A redução do confronto da Rússia com o Ocidente (ou conflitos inter-regionais) permitiu negociações para encerrar os conflitos sangrentos na África do Sul, América Central e Sul da Ásia. Por outro lado, o declínio do comunismo se espalhou para a Iugoslávia.

O autor Allen expõe no seu livro *“Rape warfare: the hidden genocide in Bosnia-Herzegovina and Croatia”* a estimativa de que em torno de 20 mil mulheres bósnio-muçulmanas e croatas sofreram abuso sexual no período e incidência do conflito. No relatório divulgado pela ONU (2002, p.s/d), apresenta o número de 220 mil vítimas deste conflito, entretanto, o número de vítimas pode ser maior, visto que muitas vítimas do massacre de Srebrenica - que será abordado no próximo capítulo - ainda não foram encontradas.

---

indivíduos por crime de genocídio, crimes de guerra, crimes contra a humanidade e crime de agressão. O Estatuto de Roma foi um tratado que estabeleceu o Tribunal Penal Internacional - TPI. Adotado em 17 de julho de 1998, o documento foi resultado de um longo período de discussão da Comissão de Direito Internacional da ONU acerca da criação de um Tribunal internacional permanente.” Disponível em <<http://www.mpm.mp.br/estatuto-de-roma-do-tpi-completa-20-anos/>>. Acesso em 01 de abril de 2021.

## CAPÍTULO II – MISSÃO DE PAZ NO TERRITÓRIO BÓSNIO

Para introduzir o segundo capítulo fez-se necessário elencar a definição de missão de manutenção da paz. Segundo Faganello (2013), as missões de paz são uma ação para auxiliar um Estado quando há necessidade. Esta ação é uma ferramenta que pode ajudar os países devastados por conflitos a criarem condições para alcançar a paz. E segundo a definição do site da ONU<sup>9</sup>, as operações e manutenção da paz ajudam os países a trilharem o difícil caminho do conflito à paz. Segundo o artigo de Michael Pugh (2008, p. 407) presente no livro de Williams (2008, *et all*) as operações de paz vão desde a observação e monitoramento até a construção da paz em sociedades devastadas pela guerra.

### 2.1 Missões de paz como instrumentos internacionais

Para a elaboração da tabela presente neste tópico, tomaremos as missões de manutenção da paz em alguns conflitos como análise sobre as Missões de Paz nos seguintes países: Croácia (UNPROFOR), Bósnia e Herzegovina (UNMIBH), Chipre (UNFICYP) e República Democrática do Congo (MONUSCO), a tabela foi elaborada através da revisão sistemática da obra de Priscila Faganello (2013) e as informações das missões de manutenção da paz constam no site da ONU tais informações foram utilizadas para tentar categorizar o *modus operandi* das operações .

Quando a Croácia e a Eslovênia declararam a independência e logo depois se iniciou o conflito, a ONU implantou a primeira missão de paz nos Bálcãs, as missões de paz são uma ação para auxiliar um Estado quando há necessidade. Esta ação é uma ferramenta que pode ajudar os países devastados por conflitos a criarem condições para alcançar a paz.

Antes da implantação da missão de manutenção da paz sobre o território bósnio, a UNPROFOR, sigla em inglês para *The United Nations Protection Force*, já estava vigorando, pois estava em curso missão de paz na Croácia, conflito esse que viera antes da Bósnia (como mencionado no primeiro capítulo). A dissolução da Iugoslávia acarretou na deflagração de diversos conflitos em seu território. Sendo assim, o conflito na Bósnia é uma guerra dentro de outra guerra. Portanto, quando a *United Nation Mission for Bosnia-Herzegovina* (UNMIBH) começou a ser implantada, ainda havia conflito armado. Diante disso, esse capítulo é o segundo da monografia para poder melhor traçar a linha temporal do conflito tornando assim melhor a sua compreensão.

---

<sup>9</sup> Disponível em <<https://peacekeeping.un.org/en/principles-of-peacekeeping>>. Acesso em 01 de abril de 2020.

O Conselho de Segurança (doravante CS) da ONU possui cinco membros permanentes: China, Rússia (ex-URSS), França, Reino Unido e EUA. Para uma ação ser posta em prática, os cinco membros precisam aprovar com unanimidade, ou seja, não pode haver veto. Tanto os EUA quanto a URSS utilizaram muito o poder do veto, travando assim a atuação do CS no período da Guerra Fria. Com o fim desse período, o CS foi destravado e além das missões intensificarem sua atuação e devido às grandes falhas que ocorreram nas missões da década de 1990, surgiram outras abordagens além do cunho tradicional, e ajuda humanitária.

Passam a ser suas abordagens: *Peacemaking*, *Peacekeeping*, *Peacebuilding* e *Peace Enforcement*. Na tabela abaixo, foi feita revisão sistemática sobre as abordagens das operações de paz a partir de Faganello (2013), desta forma estando melhor exemplificado qual o papel de cada uma dessas missões de paz.

Tabela 1 – Exemplificando as abordagens das missões de paz

INSTRUMENTO	CARACTERÍSTICAS	APLICAÇÃO
<b><i>Peacemaking</i></b>	Esse instrumento busca solucionar conflitos em andamento por intermédio de ações diplomáticas. Seu objetivo é trazer as partes hostis a uma composição que resulte em acordo de paz ou cessar-fogo.	A UNPROFOR foi inicialmente estabelecida na Croácia para garantir a desmilitarização de áreas designadas e para tentar um acordo de cessar fogo no conflito. Posteriormente o mandato foi estendido à Bósnia e Herzegovina (UNMIBIH) para apoiar a entrega de ajuda humanitária, monitorar "zonas de exclusão aérea" e "áreas seguras"
<b><i>Peacekeeping</i></b>	É um instrumento utilizado pela ONU e por outros atores internacionais para a manutenção da paz e da segurança internacional. Como a manutenção da paz é sua tarefa principal, torna-se essencial para o desdobramento de uma operação de manutenção da paz um esforço anterior de <i>peacemaking</i> que tenha permitido às partes alcançar o cessar-fogo ou acordo de paz.	Criada em 1995, a UNMIBH exerceu uma ampla gama de funções relacionadas às atividades de aplicação da lei e reforma da polícia na Bósnia e Herzegovina. A Missão também coordenou outras atividades da ONU no país relacionadas com ajuda humanitária e refugiados, desminagem, direitos humanos, eleições e reabilitação de infraestrutura e reconstrução econômica. Após a conclusão bem-sucedida do seu mandato, a UNMIBH foi encerrada em 31 de dezembro de 2002.
	Instrumento recente, reflexo das crises da década de 1990, envolve uma série de medidas voltadas para a redução do risco de retomada do conflito	O Força para Manutenção da Paz das Nações Unidas no Chipre (UNFICYP) foi originalmente

<p><b><i>Peacebuilding</i></b></p>	<p>a partir do fortalecimento das capacidades nacionais. Trata-se de um processo complexo e de longo prazo que tem como objetivo criar as condições necessárias para a paz duradoura. Em suma, busca tratar o conflito em sua raiz, bem como os problemas estruturais que levaram àquela situação. O momento adequado para o desdobramento do <i>peacebuilding</i> é o que sucede ao <i>peacekeeping</i>, isto é, o momento em que a paz se tornou realidade (pós-conflito) no contexto interestatal.</p>	<p>criado pelo Conselho de Segurança em 1964 para evitar mais combates entre as comunidades cipriota grega e cipriota turca. Após as hostilidades de 1974, o Conselho atribuiu à Força o mandato de realizar certas funções adicionais. Na ausência de uma solução política para o problema de Chipre, o UNFICYP permaneceu na ilha para supervisionar as linhas de cessar-fogo, manter uma zona-tampão, realizar atividades humanitárias e apoiar a missão de bons ofícios do Secretário-Geral. É a missão de paz mais longa da ONU pois vigora até os dias atuais.</p>
<p><b><i>Peace Enforcement</i></b></p>	<p>O instrumento de “<i>peace enforcement</i>” envolve a aplicação, com a autorização do Conselho de Segurança e sem o consentimento do Estado objeto da intervenção, de inúmeras medidas coercitivas, inclusive o uso da força militar. Tais medidas buscam restabelecer a paz e a segurança internacionais em situações nas quais o órgão concluiu haver ameaça à paz, ruptura da paz ou atos de agressão. <i>Peace enforcement</i>, portanto, tem a ver com as atividades previstas no capítulo VII da Carta da ONU que permitem ao Conselho de Segurança determinar quais atos constituem ameaça ou ruptura da paz e da segurança internacionais e aplicar medidas de <i>enforcement</i> a fim de reprimi-los. Estas se revestem tanto da forma de sanções econômicas, políticas e diplomáticas quanto da forma de ações militares.</p>	<p>A Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO), foi criada em julho de 2010 para substituir a missão anterior e para estabelecer a paz no Estado possui autorização para usar todos os meios necessários para cumprir o seu mandato relativo, entre outras coisas, à proteção de civis, pessoal humanitário e defensores dos direitos humanos sob ameaça iminente de violência física e apoiar o Governo da RDC em seu esforços de estabilização e consolidação da paz.</p>

Organização: Autora (2021) a partir de informações em FAGANELLO (2013) e no site da ONU

[peacekeeping.un.org](https://peacekeeping.un.org)<sup>10</sup>.

Foi feita a tentativa de aplicar as abordagens de manutenção da paz nas missões realizadas pela ONU. Inicialmente, as abordagens utilizadas pela ONU foram a de *peacemaking* e *peacekeeping* na Iugoslávia. A estratégia de *Peacemaking* foi utilizada na UNPROFOR (1992-1995), com a intenção de conseguir a resolução do conflito por meios diplomáticos, o que de fato aconteceu, pois, o Acordo de Dayton foi ratificado pelas partes. E a estratégia de

<sup>10</sup> Disponível em <<https://peacekeeping.un.org/en/past-peacekeeping-operations>>. Acesso em 01 de abril de 2021.

*peacekeeping* foi utilizada na UNMIBH (1995-2002) com o intuito de proteger e fornecer ajuda humanitária aos civis.

## **2.2 Missões de Paz na Bósnia e Herzegovina**

Como supracitado alguns parágrafos acima, com o fim da Guerra Fria o CS da ONU foi destravado, a situação e a natureza das operações de manutenção da paz mudaram bastante, pois antes as operações de manutenção da paz possuíam cunho tradicional de ajuda humanitária, com as novas abordagens criadas depois das missões do ano de 1990, houveram novas aplicabilidades. E no próximo tópico, serão exemplificadas algumas mudanças.

A principal mudança ocorrida foi que, uma vez que o consentimento informado do país anfitrião é manifestado as forças de manutenção da paz podem entrar em prática, ou seja, o desdobramento das forças de manutenção da paz, tem que respeitar a soberania nacional, que vem sendo blindada, ou seja, cada vez mais é protegida por acordos de força restritivos e memorandos de entendimento. Outra mudança foi a criação do *Memorandum Of Understanding*, que será melhor exemplificado nos últimos parágrafos do capítulo.

No segundo ano após o início da Guerra dos Bálcãs, as tropas da ONU foram utilizadas como parte da intervenção humanitária. A Resolução 819 do Conselho de Segurança da ONU declarou Srebrenica como uma dessas áreas, enquanto a Resolução 824 determinou a segurança de Sarajevo, Zepa, Gorazde, Tuzla e Bihac.

Segundo Faganello (2013, p. 189) a maneira de abordagem da ONU mudou drasticamente em meados da década de 1990. Isso fica mais evidente quando em julho de 1993, a ONU que estava destacando 78.444 militares, um terço deles nos Bálcãs, diminuiu a cota após o desastre na Somália e os acordos de Dayton para a Bósnia, no qual a OTAN assumiu a responsabilidade pelas forças militares. No final da década de 1990, o número de funcionários nas operações da ONU havia caído para menos de 15 (quinze) mil. Isso demonstra que a ONU teve sérias dificuldades em ajustar à demanda pela imposição da paz em conflitos internos (FAGANELLO, 2013, p.124-125).

As forças de proteção deveriam então proteger essas áreas previamente identificadas. No entanto, devido ao pequeno número de militares que foram enviados para a missão de paz, as forças da ONU não foram suficientes para manter a segurança (deve-se notar que as Nações Unidas não possuem realmente um exército, dependendo do apoio das forças de manutenção da paz em termos de recursos humanos e apoio técnico). Durante o massacre da Bósnia, Ruanda também sofreu um genocídio que, igualmente, exigiu grande número de soldados da paz. A

alocação de recursos humanos e a falta de suporte técnico entre os dois incidentes prejudicaram essas operações:

A Guerra da Bósnia ficou marcada por violência e massacres realizados por todos os envolvidos, no entanto, as ações de limpeza étnica ao longo do conflito foram muito mais consistentes do lado sérvio, e o Massacre de Srebrenica é um dos símbolos disso. Nesse local, a mando de Ratko Mladic, o exército sérvio executou mais de 8 mil bósnios e os enterrou em valas comuns. Srebrenica era uma zona de segurança da ONU situada dentro do território dominado pelos sérvios. Esse enclave da ONU garantia a segurança de milhares de bosníacos que fugiam das tropas sérvias. Ao longo do conflito, os sérvios tentaram conquistar Srebrenica, mas somente em julho de 1995 é que tiveram condição para tal. A entrada das tropas sérvias só foi possível graças à retirada de tropas da ONU que garantiam a segurança das populações locais. Os sérvios, ao conquistarem Srebrenica, separaram os homens das mulheres e iniciaram a execução de 8373 bosníaks. Houve também denúncias de estupro de mulheres. O mandante do genocídio, Ratko Mladic, foi acusado e condenado por esse ato, posteriormente. (NIKSIC; RODRIGUES, 1996, p. 46)

O *modus operandi* em atuação na Bósnia e Herzegovina foi o *peacemaking*, pois as negociações para o cessar fogo eram de cunho diplomático devido ao baixo quantitativo e soldados, além do principal objetivo desse tipo e abordagem que é a ajuda humanitária, porém, depois do massacre em Srebrenica e o não cumprimento do cessar fogo durante o cerco de Sarajevo por parte das tropas sérvias, a Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN) que executou a sua primeira missão em território europeu nesse conflito, passou a atuar.

As mazelas dos conflitos em geral ainda não haviam sido reveladas, e a situação de extrema vulnerabilidade que se encontram a população de um país pós-conflito acabam favorecendo o tráfico e a prostituição. Isso não foi diferente com a Bósnia. Com a população bastante fragilizada e a economia deteriorada, muitas pessoas começaram a traficar objetos, informações, mercadorias e, principalmente pessoas (na maioria das vezes, mulheres).

### **2.3 As fragilidades evidenciadas – Missões de Paz?**

Relatórios de corrupção e violações dos Direitos Humanos (incluindo direitos sexuais) cada vez mais frequentes, prejudicam a reputação das operações de paz na década de 1990. As denúncias acerca das operações envolvendo organizações internacionais têm sido expostas e têm evidenciado as contradições das operações das Missões de paz. Por exemplo, mulheres que sofreram de violência sexual conflitante (também imposta violência contra homens em menor número) estavam vulneráveis a todos os tipos de agressores devido à pobreza e declínio social.

Entre as principais articulações de denúncias, uma é considerada decisiva para se refletir as fragilidades das operações. A ex-policial estadunidense Kathy Bolkovac foi funcionária terceirizada contratada pela ONU para trabalhar na United Nation Mission for Bosnia-Herzegovina (UNMIBH). Bolkovac denunciou para a Corte Britânica o envolvimento do comandante geral da UNMIBH, afirmando que o General Lewis Mackenzie sabia da existência

dos casos de tráfico sexual nas cidades bósnias, mas preferiu silenciar e/ou “acobertar para que não manchasse a imagem da ONU” (BOLKOVAC, 2016, p. s/p).

Em 2010, foi lançado o filme “A Informante” (dir. Larysa Kondracki) que mostra a trajetória de Bolkovac durante seu período na missão de manutenção da paz na Bósnia a UNMIBH. O filme relata que os capacetes azuis (maneira popular pela qual são chamados os soldados das missões de paz da ONU) estavam corroborando com o tráfico sexual de meninas e mulheres do leste europeu para fins de escravização sexual e utilizando da fragilidade da população bósnia – em especial, das mulheres – para praticarem sexo em troca de comida e dinheiro.

Um ano após o filme, o livro “*The Whistleblower: Sex Trafficking, Military Contractors and One Woman 's Fight for Justice (2011)*” foi lançado e escrito por Bolkovac com coautoria de Cari Lynn. O livro retrata com mais detalhes a trajetória de Kathy Bolkovac como uma agente da ONU, ela descreve como teve que esconder as provas para que não fossem destruídas, no livro também é relatado como ocorreu a denúncia na corte britânica.

Diante dos fatos, a comunidade internacional respondeu solicitando ao Conselho de Segurança a criação de um tribunal destinado para essa funcionalidade, tornando possível julgar crimes de guerra e alegando que atrocidades constantes constituem uma ameaça à paz internacional.

Em 2000, o CS da ONU aprovou resolução (Resolução 1325 de 31 de outubro) insistindo na integração das perspectivas de gênero nas operações de paz. Após novos relatos de abuso sexual cometidos tanto por civis, quanto por soldados nos Bálcãs, na República Democrática do Congo e em outros lugares, o Príncipe Raad Zeid conduziu uma investigação e elaborou um relatório recomendando medidas legais para erradicá-lo (ZEID, 2005, s/p).

O conceito de estupro como arma de guerra só foi estipulado de maneira significativa, no início dos anos 2000, depois que se tomou conhecimento dos vários absurdos que ocorreram durante o conflito, dentre eles as violações dos Direitos Humanos, a exemplo dos campos de concentração criados pelo governo sérvio, os campos de estupro, limpeza étnica e do estupro sistemático das mulheres bósnias.

O Tribunal Penal Internacional também decidiu que o estupro cometido de forma ampla ou sistemática com base em razões políticas, sociais ou religiosas e visando a população civil é crime contra a humanidade. Mais importante, esses desenvolvimentos colocaram firmemente os casos de estupro ocorridos durante os conflitos armados em uma discussão mais ampla sobre as obrigações de responsabilizar as nações por seus crimes.

Em vista das denúncias que foram feitas foi criado o *Memorandum Of Understanding* (MOU) da ONU decidiu que os procedimentos a serem seguidos após receber a reclamação são: o chefe de missão deve iniciar pesquisa primária, uma vez autenticado os fatos, relatórios e documentos de investigações serão transferidos para o Secretário-Geral Adjunto de Administração de Recursos Humanos (Secretário-Geral Adjunto para Pessoal Gestão de Recursos), que determinará se a investigação seguirá. Entretanto os Capacetes Azuis não pertencem à Convenção Geral e possuem imunidades, privilégios e status legal no SOFA (*Status Of Forces Agreement*). Portanto, os próprios membros da missão farão a investigação, e somente os soldados que possuem vínculo com a ONU sofrem as sanções, pois os terceirizados são julgados pelos Estados ao qual possuem vínculo.

O *Memorandum of Understanding* (MOU) é o contrato firmado entre as Nações Unidas e o TCCs (*Troop contributing country*) com base no modelo de MOU, mas adaptado às especificidades de determinada missão de paz. Nesse documento, assinado pelo representante da missão permanente do país junto à Organização e pelo Subsecretário-Geral do DPKO, ficam estabelecidas as responsabilidades administrativas e logísticas entre a ONU e o país contribuinte. Além disso, o documento contém regras de conduta a serem seguidas pelos capacetes azuis e o compromisso dos TCCs de exercerem sua jurisdição sobre aqueles que forem responsabilizados por ações criminosas (FAGANELLO, 2013, p.53-54).

No que tange os crimes cometidos pelos *blue helmets* no território da missão, a seção 47b do MOU, os militares estão vinculados à jurisdição nacional exclusiva do país. Portanto, de acordo com ela, a exploração e o abuso sexual – que são considerados crimes segundo as leis do país anfitrião – devem ser processados no país onde o autor do crime é nacional. No início dos anos 2000, foi criada pelo Conselho de Segurança a resolução 1325 – *Landmark Resolution on Women, Peace and Security*–, a respeito de mulheres, paz e segurança. A resolução trata sobre a importância do papel da mulher em questões de resolução de conflitos e da construção da paz. Defende a participação igualitária das mulheres nos processos de paz e alerta ainda para a necessidade de uma perspectiva de gênero e de proteção das mulheres vítimas de violência de gênero (ONU, 2000, s/p).

Entretanto, apesar dos esforços da ONU serem de suma importância, no ano de 2016 o jornalista do portal DW Azer Slanjankic, entrevistou Kathy Bolkovac para saber qual seria opinião dela a respeito do escândalo na República Centro-Africana, na entrevista ela afirmou que não vê mudanças na conduta da organização diante de mais um escândalo envolvendo abusos sexuais tendo envolvimento dos capacetes azuis “Não considero confiáveis, em absoluto, os esforços da ONU nos últimos 15 a 20 anos para coibir efetivamente o abuso sexual de mulheres e menores durante as missões de paz.”(BOLKOVAC, 2016, s/p). Outro fato alarmante destacado por Bolkovac (2016, s/p) durante a entrevista, é que os casos denunciados



no início dos anos 2000, não foram levados a julgamento e os investigadores de direitos humanos não obtiveram a permissão para conduzir tais investigações completas, os suspeitos foram rapidamente retirados da missão ou transferidos. Enquanto, as meninas eram enviadas de volta aos seus países de origem.

## CAPÍTULO III - O CONFLITO EM TERRITÓRIO BÓSNIO E O PAPEL DAS MULHERES NA GUERRA DA BÓSNIA E HERZEGOVINA

Fizemos um breve panorama acerca dos conflitos étnicos presentes na região da antiga Iugoslávia (Leste Europeu) numa tentativa de expor para além dos conflitos, as consequências da morosidade em analisar e intervir sobre um cenário cada vez mais devastador. Diante do exposto, o questionamento que baliza o objetivo geral deste trabalho é compreender os motivos que levaram a comunidade internacional demorar nas tomadas de decisões e propor ações com medidas cabíveis para conter o curso violento dos conflitos, fomentando as ausências de mediações, em detrimento da dissolução da Iugoslávia.

Neste capítulo, detalharemos um pouco mais os acontecimentos e os conflitos inerentes às análises da região para compreender a gravidade da morosidade e as motivações que levaram mulheres a se organizarem para romper com a lógica do acirramento dos conflitos somada ao enfrentamento das violências de gênero, tendo aí duplo risco de serem acometidas pela barbaridade que, tanto os conflitos internacionais quanto, a ausência de uma consciência pautada nas questões de gênero na sociedade e das organizações, podem ser atozes para mulheres, meninas, crianças.

### 3.1 Conflitos, Consequências e o Cotidiano da Guerra

Para Jacques Sémelin (2009), a comunidade internacional fechou os olhos para não ver a crise. Com o fim da Guerra Fria e a dissolução da URSS, o mundo vivia a *Glasnost* idealizada por Mikhail Gorbatchev, a queda do Muro de Berlim 1989, ou seja, vários acontecimentos ao mesmo tempo, o que não justificou a falta de tino da comunidade internacional em ao menos, questionar o que ocorreria logo após esses acontecimentos e se os mesmos seriam pacíficos.

Indo adiante, esses acontecimentos não levaram à dissolução da Iugoslávia, segundo Sémelin (2013, p. 183) “[...] ela, a priori, fazia parte dos Estados mais ‘simpáticos’, pois pertencia ao campo dos não-alinhados, estando há anos aberta ao Ocidente”. Entretanto, as identidades nacionais criadas e todo o contexto interno não chegaram a ser cogitados como possíveis e passíveis de configurar conflitos violentos, então toda a onda nacionalista levantada por Slobodan passou batida na comunidade internacional. E, provavelmente, tenha sido esse o motivo que levou ao atraso e medidas mais duras tanto na UNPROFOR quanto na UNMIBH.

[...] O mundo tinha a cabeça em outro lugar, o que resolvia favoravelmente a situação dos nacionalistas, tanto sérvios quanto croatas. O exército iugoslavo, que Milosevic conseguira controlar, se preparou para a ação em 1991. O golpe de Moscou, apesar de fracassado, contribuiu ainda mais para desviar o foco da atenção internacional para a URSS. Não para a Iugoslávia. Em seguida foi a agressão do Iraque no Kuwait, em 2

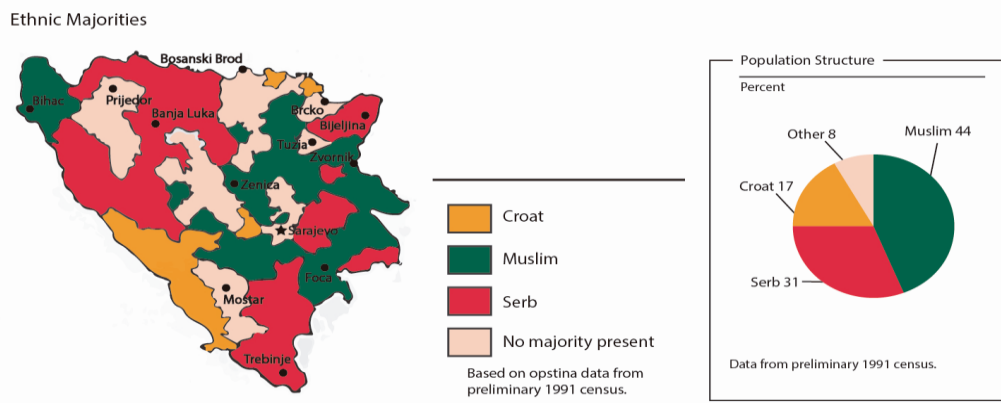
de agosto de 1990, que deslocou os olhares do leste europeu para o Oriente Médio. (SÉMELIN, 2009, p. 183- 184).

Um país dividido entre croatas, sérvios e bósnios (o sentimento nacionalista dos croatas e sérvios era tão latente que, na Bósnia, somente os muçulmanos se denominavam bósnios) com algumas características geográficas importantes, como possuir saída para o mar, o território que abrigava o país se tornou indispensável para a Sérvia. E com a independência proclamada pelos bósnios, os sérvios que habitavam o país se sentiram ameaçados e procuraram o apoio da Sérvia.

Etnicamente a população da Bósnia-Herzegovina é fortemente heterogênea e está aí o foco de seus problemas. Aproximadamente 1/3 da população é sérvia, ou seja, eslavos de religião cristã-ortodoxa, de idioma servo-croata grafado com o alfabeto cirílico, com fortes ligações culturais com a região de Belgrado na Sérvia e, através desta, com a Rússia e a Ucrânia. Outra parcela da população, representando igualmente cerca de 1/3, é croata, também eslava, porém cristã-católica; embora falando o mesmo idioma servo-croata, utiliza-se de gramática diversa e do alfabeto latino. Os bósnios-croatas são eslavos mais germanizados, com ligações culturais com a região de Zagreb na Croácia e através desta com a vizinha Eslovênia e com a Áustria. O restante da população, ou seja, o 1/3 remanescente é muçulmano, senão de prática, pelo menos de origem. A comunidade Bósnia muçulmana representa o vestígio étnico-cultural mais ocidental do outrora vasto Império Otomano. Embora se utilizem do mesmo idioma servo-croata, o Islamismo orienta as ligações culturais dos bósnios muçulmanos na direção da Turquia e da Albânia. (MELLO; BERCOVICI, 1994, p. 272)

Assim, sua independência foi reconhecida em abril de 1992. Este acontecimento fez com que as forças armadas sérvias cercaram a capital da Bósnia, Sarajevo (conhecido como cerco de Sarajevo)<sup>11</sup>.

Figura 2 – Maioria étnica no território bósnio antes da guerra



Fonte: BASSANETTI (2014)

<sup>11</sup> Forças militares sérvias posicionaram-se nos morros que circundam a cidade e passaram a bombardeá-la constantemente. O cerco também registrou o ataque de atiradores de elite (*snipers*) contra a população civil de Sarajevo. (AGUILAR; MATHIAS, 2012, p. 442)

O mapa acima está representando o território da Bósnia e Herzegovina, e nele consta as etnias que viviam no país antes do conflito. Os bósnio-muçulmanos correspondiam a 44% da população do país, os bósnios-sérvios correspondiam a 31% da população, a população bósnio-croata era de 17% e os outros 8% eram de outras etnias que viviam no país.

O período mais violento do conflito se inicia em 1992 e Slobodan se posiciona na defesa dos bósnios-sérvios do já apregoado genocídio provocado pelos croatas e do fundamentalismo islâmico dos muçulmanos. Porém a identidade construída no passado “relacionada à” guerra tornou-se sinal da diferença em “oposto à” (AGUILAR; MATHIAS, 2012, p. 447)

O conflito da Bósnia é dividido em duas partes: a primeira parte foi o conflito entre sérvios e croatas; a segunda fase do conflito iniciou-se quando os bósnios declararam a independência da República da Bósnia, cujo intuito era unificar as três etnias presentes no território bósnio. O conflito envolveu três grupos principais: os bósnios-croatas (cristãos católicos), bósnios-sérvios (cristãos ortodoxos) e os bósnios ou bosniaks (muçulmanos).

Com a hegemonia sérvia na região, a população da Bósnia sofreu o que é caracterizado como uma política genocida, com o uso do estupro como arma de guerra, destruição de vilas e o massacre de sua população.

A carência bélica era latente principalmente no campo da artilharia pesada. Havia estimativas que, enquanto o exército da Bósnia contava com apenas dois tanques e dois blindados, os sérvios tinham em seu arsenal trezentos tanques e trezentos blindados, além de oitocentas peças de artilharia e quarenta aeronaves, usadas em bombardeios. (SILVA, 2000, p. 45)

O objetivo das ações dos sérvios contra os civis era forçar o comando bósnio a se render. Durante o cerco, além de atacar locais importantes e estratégicos, como hospitais e mercados, também se voltaram contra importantes centros culturais de Sarajevo, sendo isso uma tentativa de dizimar símbolos, cultura e a história da Bósnia.

Devido à grande diversidade étnico-religiosa, a estratégia de limpeza étnica foi utilizada. Portanto, fez-se necessário evidenciar os inúmeros casos de violações contra os Direitos Humanos no território destacando, principalmente, aqueles que poderiam caracterizar genocídio. Dois fatores estimularam a imaginação da população mundial, o primeiro foram as imagens veiculadas nos grandes jornais (o chamado “efeito CNN”) assemelhadas às imagens do Holocausto, e atuação da intervenção internacional “apreciada e com a participação do público” com rondas mais civis, todavia, ainda assim a atuação das tropas foi considerada pífia.

Durante a cobertura do conflito levantou-se a discussão sobre se seria um conflito étnico ou não, uma vez que a prioridade da cobertura midiática tinha foco no passado e bloquearam, inicialmente, qualquer compreensão dos acontecimentos atuais, as fotografias de Ron Haviv

tiradas no início da guerra deixaram evidentes o cunho étnico do conflito, suas fotos também foram utilizadas como prova dos vários crimes que ocorreram contra a população não sérvia durante o conflito, a imagem 3 (logo abaixo) foi eleita uma das 100 imagens que mudaram o mundo segundo a Revista *Time*. O registro é de um soldado sérvio chutando a cabeça de um bósnio-muçulmano que havia sido baleado.

Figura 3- Soldado sérvio chutando a cabeça um bósnio-muçulmana baleado



Fonte: Revista Time 100 Photos that Changed the World.<sup>12</sup>

O cerco de Sarajevo também foi televisionado, porém, o mundo se acostumou com isso na análise de Sémelin (2009). Para o autor, “aprendemos a relativizar a crença na onipotência atribuída às imagens do sofrimento e da morte do outro, estão longe de sempre gerar a tomada rápida de consciência que agiria em favor das vítimas” (SÉMELIN, 2009, p. 189), e no final as imagens repetidas acabam ocultando o que acontecia no interior da Bósnia, e foi a partir disso que ONGs como Helsinki Watch<sup>13</sup> e Médicos Sem Fronteiras, começaram a coletar informações comprovando as violações ao direito humano que estavam acontecendo.

O livro “Purificar e Destruir: usos políticos dos massacres e genocídios” de Jacques Sémelin discorre sobre o repórter do jornal estadunidense *Newsday*, Roy Gutman que foi o

<sup>12</sup> Disponível em <<http://100photos.time.com/photos/ron-haviv-bosnia>>. Acesso em 15 de março de 2021

<sup>13</sup> Relatório sobre os crimes durante a guerra da Bósnia e Herzegovina. Disponível em <<https://www.hrw.org/reports/pdfs/y/yugoslav/yugo.928/yugo928full.pdf>>. Acesso em 17 de março de 2021.

primeiro a publicar um artigo de relevância sobre os campos de concentração criados por sérvios, os massacres sofridos pela população muçulmana e a prática do estupro como arma de guerra nas cidades e Split e Tuzla.

**Figura 4** - Mosaico mostrando a vida dos civis durante o cerco a Sarajevo



**Org:** A Autora (2021). **Fonte:** Bancos de imagem<sup>14</sup>

O mosaico organizado acima visou trazer um recorte de como era o cotidiano dos civis no período do cerco, a primeira imagem do fotógrafo Tom Stoddart é bem emblemática, pois mostra um muro que contém a frase “*welcome to hell*”, muitos moradores usavam a mesma frase para descrever como era viver nesse período, na segunda fotografia que também foi tirada por Tom Stoddart é possível ver civis correndo para não serem atingidos, a terceira foto é do fotógrafo David Bathgate, nela é retratado o túnel que era usado pelos civis para obtenção de mantimentos, bem como também era utilizado como rota de fuga, a quarta e última fotografia

<sup>14</sup>Disponível em: <https://www.gettyimages.com.br/fotos/cerco-de-sarajevo?phrase=cerco%20de%20sarajevo&sort=best> e <https://www.gettyimages.pt/fotos/cerco-de-sarajevo?phrase=cerco%20de%20sarajevo&sort=mostpopular>. Acesso em 01 de abril de 2021.

<<https://www.gettyimages.com.br/fotos/cerco-de-sarajevo?phrase=cerco%20de%20sarajevo&sort=mostpopular>>.



é do fotógrafo Antoine Gyori, nela é mostrada um civil que foi atingido e não resistiu e ao seu lado está um homem chorando.

### **3.2 Mulheres e Violações de seus Direitos nos conflitos Bósnios**

As guerras do final do século XX corresponderam a uma intensificação de violências acumuladas, a maioria dessas violências foram marginalizadas e invisibilizadas, por não serem consideradas relevantes. E o fim dessas guerras, com assinaturas formais de acordos de paz, não significou necessariamente a resolução dos interesses antagônicos que lhes estavam subjacentes. Os atuais contextos de pós-conflitos não correspondem, necessariamente, a um período de pós-violências. Pelo contrário, correspondem frequentemente a uma etapa de acumulações de velhas e novas violências, de velhas e novas inseguranças, que ao não serem tidas em consideração constituem formas embrionárias de um novo pré-guerra (MOURA, et al; 2009. p. 96).

Nessa perspectiva, torna-se urgente as possibilidades de pensar as violações diversas a partir do prisma dos Direitos Humanos, tendo em vista que, dentre as inúmeras violações de Direitos Humanos, tal conflito foi marcado por incontáveis violações contra os direitos das mulheres. Todavia, o amparo a partir dos Direitos Humanos requer uma especificidade de gênero ainda mais complexa. De acordo Piovesan (2014, p. 71):

Enquanto um construído histórico, os direitos humanos das mulheres não traduzem uma história linear, não compõem uma marcha triunfal, nem tampouco uma causa perdida. Mas refletem, a todo tempo, a história de um combate, mediante processos que abrem e consolidam espaços de luta pela dignidade humana, como invoca, em sua complexidade e dinâmica, o movimento feminista, em sua trajetória plural (PIOVESAN, 2014, p.71).

Ainda para esta autora, a historicidade dos direitos humanos é muito recente a abordagem dos direitos humanos que levou em consideração as especificidades das mulheres e de gênero, a Declaração Universal de 1948 só veio a ser reiterada pela Declaração de Direitos Humanos de Viena de 1993. Essa concepção é resultante do movimento de internacionalização dos direitos humanos, surgidos no pós-guerra, como resposta às atrocidades e aos horrores cometidos durante o nazismo. Mas é somente a partir de 2007 é que os direitos humanos das mulheres passam a ser incorporados nas ações das organizações internacionais, que ocorre sob pressão de movimentos transnacionais de mulheres (PIOVESAN, 2014, p. 75).

Os conflitos no leste europeu foram alvos de inúmeras violações de direitos humanos. De forma geral e mais visíveis vieram à tona as consequências dos conflitos étnicos, mas estes

obtiveram maiores impactos nos sujeitos à medida que os marcadores de gênero e classe eram apregoados.

Em torno de vinte mil mulheres muçulmanas e croatas foram estupradas durante o período da guerra. Esta era uma maneira de obter o controle das vítimas, seja através do medo, seja através da descendência, engravidando as mulheres da etnia rival. Deste modo, a população sérvia aumentava, já que os sérvios acreditavam que a etnia era transmitida pelo sêmen masculino e a população dos grupos rivais diminuía, pois inibia a reprodução futura devido ao trauma causado pelo estupro em si (ALLEN, 1996, p. 87).

Os dados tendem a se ampliarem quando se levam em conta que o estupro era uma estratégia usada pelas forças sérvias contra a população, resultando na criação de campos direcionados apenas para essa prática. Estima-se que entre 20.000 a 50.000 mulheres sofreram agressão sexual no conflito da antiga Iugoslávia (SILVA, 2011, p. 64).

Na Bósnia, o saldo apresentou 220 mil vítimas, sendo 160 mil muçulmanos, 30 mil croatas, 25 mil sérvios e 5 mil de outras etnias. Na capital Sarajevo, houve mais de 10 mil mortos e 50 mil feridos. Da população de 4,4 milhões de pessoas, em dezembro de 1995, havia 1 milhão e 300 mil desalojados, 500 mil refugiados, em países vizinhos, 700 mil refugiados, em países da Europa Ocidental, sendo 350 mil só na Alemanha (UNHCR, 2002, p. 215).

No livro *Against our will; men, woman and rape* (1975), Susan Brownmiller aborda a violência de gênero que até então era invisibilizada no cenário internacional. Brownmiller afirma que as violências de gênero de natureza sexual possuem papel permanente no conflito armado ao longo da história. Para a autora, o estupro faz parte do processo de coerção, no qual os homens colocam as mulheres em um estado constante de medo, sendo, assim, uma das armas usadas por eles contra as mulheres em tempos de paz e guerra. No entanto, em tempos de conflitos a violação é tanto um ataque contra as mulheres como também um ataque contra o inimigo (usando as mulheres).

A violação de mulheres e meninas acontecia ou durante os expurgos da limpeza étnica, nas casas, nos barracões, em espaços públicos, ou em “campos” especiais. Algumas vítimas relataram que eram requisitadas para “servir aos combatentes sérvios”. Na associação para as vítimas do genocídio em Zenica, há evidência de dezessete “campos de estupro”, principalmente em motéis, escolas, serrarias e casas privadas. Há mulheres que foram pegas em suas casas e levadas às linhas de frente, onde eram submetidas “aos mais bestiais dos abusos”. Em Foca, mulheres relatam estupros em público, na frente de maridos e crianças, de vizinhos e de outros soldados (VULLIAMY, 1994, p. 199 apud PERES, 2011, p. 128).

O fato de a segurança da mulher não ser debatida, principalmente no que tange os conflitos armados, acaba agravando e potencializando a opressão vivida por elas. Para Crenshaw (1999), não pode haver divergência entre os direitos da mulher e nem que esses



direitos lhes sejam negados, pois ao observar o que aconteceu no conflito da Bósnia e Herzegovina, percebe-se a falta de tato da comunidade internacional para garantir a segurança das mulheres que estavam vivendo nessa zona de conflito.

Essa violência pode ser concebida como uma subordinação interseccional intencional, já que o racismo e o sexismo manifestados em tais violências refletem um enquadramento racial ou étnico das mulheres, a fim de concretizar uma violência explícita de gênero. Tragédias recentes na Bósnia, em Ruanda, no Burundi e em Kosovo ilustram tristemente o fato de que as longas histórias de violência étnica contra as mulheres não estão relegadas a um passado distante. Enquanto esses são exemplos mais recentes e conhecidos de violência interseccional, essa vulnerabilidade específica não assumiu papel importante apenas no conflito armado, mas também outros contextos (CRENSHAW, 1999, p.168).

Este conflito causou um desastre humanitário e sobrecarregou o governo. Esse vácuo é preenchido principalmente por mulheres, enquanto os homens lutam nas guerras. No entanto, apesar de uma rede de ajuda, as mulheres ainda são vítimas da guerra, em momentos assim é bem provável que sejam expostas e potenciais vítimas de violência sexual porque:

[...] o estupro não é apenas um acidente de guerra, mas frequentemente uma estratégia militar sistemática. Estima-se que entre 20.000 e 35.000 mulheres foram estupradas durante a Guerra da Bósnia. Neste caso, o estupro foi associado a uma política de limpeza étnica. A estratégia incluía gravidezes forçadas com o objetivo de fazer as mulheres bósnias terem bebês sérvios e, assim, transformar a Bósnia em um estado Sérvio. (BAYLIS; SMITH; OWENS, 2008, p.71).

Andréa Carolina Peres é antropóloga e realizou em 2011 um estudo de campo em Sarajevo, onde passou a estudar mais sobre o conflito e principalmente sobre os campos de estupro. Andréa Peres disserta sobre como a população sérvia convive com os resultados do conflito, e como ela continua culpabilizando as outras etnias que estavam envolvidas no conflito, pois muitos sérvios negam o que aconteceu durante o período do conflito, e outros afirmam que a limpeza étnica foi um mal necessário. A antropóloga relata que muitas vezes ouviu das pessoas com quem conversou na Federação que “a Republica Srpska só existe porque houve limpeza étnica” (PERES, 2011, p. 127).

Quando Stiglmayer escreveu o livro *Mass rape: the war against women in Bosnia-Herzegovina* (1994), o conflito ainda estava em curso. A autora relatou o caso do campo em Doboj (cidade no norte da Bósnia):

Na escola Đure Pucar, onde duas mil mulheres bósnias e croatas e algumas crianças foram aprisionadas. Em seus relatos, as mulheres contam que ficavam no enorme ginásio esportivo da escola, totalmente no escuro, e os homens chegavam com lanternas, escolhiam algumas e levavam-nas para as salas de aula – onde as carteiras tinham sido empurradas contra a parede e, no centro, colocados alguns colchões – para serem estupradas. No ginásio, davam-lhes pedaços de pão para comer e a água ficava em baldes; nos baldes vazios, sempre furados, faziam suas necessidades. Muitas relatam que quando lhes estupravam, diziam que era para terem bebês sérvios, ou chetniks. (STIGLMAYER, 1994, p.82)

Bakira Hasečić é sobrevivente de um campo de estupro da cidade de Višegrad, que fica na Bósnia Oriental. Meldijana Arnaut, jornalista e pesquisadora do Centro de Pesquisa em Crimes contra a Humanidade tornou os relatos de Bakira públicos no seu artigo *Estupro: o crime que se silencia* (s.d.):

Primeiramente, seu vizinho “de nacionalidade sérvia” matou seu filho, depois a estupro no quintal de sua casa. Isso foi em abril de 1992. Em seguida, Bakira foi levada ao porão da delegacia de polícia, onde foi estuprada por Sredoje e Milan Lukić (que trabalhavam na polícia local desde antes da guerra), que conhecia pessoalmente. No mesmo porão, ambos cometiam outros tipos de tortura, como apagar cigarros sobre o corpo das mulheres que aprisionavam e cortá-las com facas, arrancando pedacinhos de pele. (ARNAUT apud PERES s.d.)

Entretanto, a cobertura da mídia, apesar de maçante, exerceu influência no desenrolar do conflito, pressionando as grandes potências a se posicionarem diante do que estava sendo exposto. É possível que a dramatização dos acontecimentos tenha gerado impulsos, como, por exemplo, a primeira operação armada da OTAN (Organização do Tratado Atlântico Norte) no continente europeu, os sérvios que começaram a perder força e em dezembro de 1995, com a capital Belgrado ameaçada, assinaram o Acordo de Dayton<sup>15</sup>, estabelecendo o armistício (LIMA, 2017, p. 49).

Diante do supracitado acima, o primeiro objetivo do Acordo era o fim da guerra e o cerco de Sarajevo. Há nele também o reconhecimento da fronteira entre a Bósnia e os Estados da Croácia e Sérvia, o reconhecimento do Estado da Bósnia e o estabelecimento de duas entidades no país (dentro do território da Bósnia e Herzegovina há a federação e a república de Srpska), a eleição de um novo governo e agências governamentais (AGUILAR, 2012, p. 449).

O Acordo criou disposições para garantir a estabilidade na região dos Bálcãs e buscou implementar uma forma de democracia que fosse realmente eficaz na região. O acordo prevê a participação de organizações internacionais, construção do Estado e a governança do Estado bósnio, todos de longo prazo e são inegociáveis<sup>16</sup>.

No mapa abaixo é possível visualizar como ficaram distribuídas as etnias da agora ex-Iugoslávia no ano de 1998.

---

<sup>15</sup> Acordo esse que finalizou o conflito existente entre os anos de 1992 e 1995 na região, dividiu o Estado em duas entidades territoriais, a Federação da Bósnia e Herzegovina, majoritariamente formada de bósnios-mulçumanos, e a República de Srpska, majoritariamente sérvia e moldou toda a estrutura atual do governo Bósnio, desde processo de manutenção da paz do pós-guerra a sua constituição. Esse conflito ficou conhecido como Guerra da Bósnia e que gerou 200 mil vítimas entres civis e mais de dois milhões de refugiados na região (LIMA, 2017, p. 55).

<sup>16</sup> Na Bósnia, quase tudo é tripartite: cada comunidade elege 1/3 da casa dos povos, o que seria equivalente à Câmara do Senado brasileiro. As forças armadas foram unificadas apenas em 2005. (AGUILAR; MATHIAS, 2012, p. 439)

Figura 5 - Principais etnias da ex-Iugoslávia pós conflito



Fonte: BASSANETTI, 2014.

Nesse ínterim, as mulheres realizaram um papel fundamental tanto durante o período em conflito quanto pós-conflito, muitas mulheres criaram e mantiveram ONGs, como a *Women in Black – Belgrado*, fundada em 1991, elas realizaram um protesto pacífico contra a guerra e todas as formas de ódio que estavam sendo perpetuadas na época e durante o período em conflito prestou assistência a refugiados. Além disso, desenvolveram projetos especiais para mulheres refugiadas, como o incentivo à produção de artesanato para sua subsistência<sup>17</sup>. Mais informações sobre a atuação desta ONG encontrasse no ambiente virtual da organização.

Outra ONG é Zenica Medica, essa organização funciona como centro de terapia para as mulheres traumatizadas com os aspectos do conflito da Bósnia e Herzegovina, segundo a diretora da ONG Sabira Husić (2013):

In its post-war condition, the Bosnian state was neither able nor willing to help or deal with the extreme difficulties of the situation these affected women were in. In the last 20 years, Medica Zenica has been able to support thousands of these women, providing a safe place for them to be able to redevelop self-confidence and hope for the future. But we still have a lot to do. Even today, the majority of the survivors have

<sup>17</sup> Disponível em <<http://womeninblack.org/vigils-around-the-world/europa/serbia/>>. Acesso em 01 de abril de 2021

still not received any support.<sup>18</sup> (HUBSIC, trecho e uma entrevista para o site medicamondiale em 2013, s/p)

Na entrevista dada ao site Medica Mondiale, Husić fala que uma das maiores conquistas da organização ocorreu no ano de 2006, onde a Bósnia e Herzegovina foi o primeiro país a conceder o status de vítimas de guerra as mulheres sobreviventes de violência sexual.

Since 2006, the Bosnian state recognises survivors of sexualised violence as 'war invalids', which includes a small monthly pension payment, among other things. However, this law only applies in the Federation of Bosnia and Herzegovina: one part of Bosnia. This is not enough. It has to apply to women in the whole country. And the application process needs to be changed. Women are still being subjected to degrading experiences when they reveal their fate to the authorities.[...]which includes a small monthly pension payment, among other things. However, this law only applies in the Federation of Bosnia and Herzegovina: one part of Bosnia. This is not enough. It has to apply to women in the whole country. And the application process needs to be changed. Women are still being subjected to degrading experiences when they reveal their fate to the authorities.<sup>19</sup> (HUBSIC, trecho e uma entrevista para o site medicamondiale em 2013, s/p)

Então, apesar do conflito ter acabado há mais de vinte anos, as implicações dele permanecem até os dias atuais e foi por isso que esse capítulo foi chamado a ser o terceiro e último desta monografia, ou seja, as consequências do conflito são questões latentes para muitas pessoas, sobretudo para as mulheres. É como se fosse um livro sem as possibilidades de conclusão ou considerações finais. Isso fica evidente através das mulheres que lutam para que os culpados sejam punidos ainda nestes tempos, e mesmo após 26 anos do fim do conflito, muitos ainda continuam impunes - principalmente os soldados de patentes baixas.

Persiste a morosidade em julgar os envolvidos direto e indiretamente, como é o caso Slobodan Milosevic que foi deposto em 2000, preso em 2001, acusado de crimes de guerra contra a humanidade pelo Tribunal Penal Internacional e transferido para Haia, Holanda. Sem uma definição correlata de sentenças e crimes aos quais foi acusado. Ratko Mladic só foi preso em 2011, ficando dezesseis anos foragido. Foi condenado em 2017 e até hoje é visto como herói para alguns sérvios.

No mosaico abaixo é possível visualizar duas fotografias durante os protestos contra a prisão de Mladic. A primeira é do fotógrafo Andrej Isakovic e a segunda foto é de Attila Kisbenedek. As imagens traduzem como tais conflitos continuam sem um desfecho político, mas também social, pois permite que pessoas que promovem massacres e genocídios tenham

---

<sup>18</sup> Trecho retirado da entrevista de Sabira Husić, disponível em <<https://www.medicamondiale.org/en/nc/latest/medica-zenica-20-years-supporting-survivors-of-sexualised-wartime-violence.html>>. Acesso em 15 de março de 2021

<sup>19</sup> Trecho retirado da entrevista de Sabira Husić, disponível em <<https://www.medicamondiale.org/en/nc/latest/medica-zenica-20-years-supporting-survivors-of-sexualised-wartime-violence.html>>. Acesso em 15 de março de 2021

suas imagens referendadas. Isso tende a se reproduzir no tocante aos direitos e as violações dos direitos e corpos de mulheres em zonas de conflitos.

Figura 6 - Manifestantes protestam contra a prisão de Ratko Mladic



Org: Autor (2021) Fonte: Banco de imagem<sup>20</sup>

Para finalizar, outro marcador importante para essa análise é o filme “Quo Vadis, Aida?”, que está indicado ao *Oscar* 2021 na categoria de Melhor Filme Internacional. No longa é retratado a invasão dos sérvios na cidade de Srebrenica – cidade majoritariamente muçulmana – essa invasão obriga a população muçulmana buscar refúgio na base da ONU, e é aí que se conhece Aida - personagem que trabalha como tradutora na base da ONU.

No enredo, Aida tenta alertar o general da missão (UNPROFOR) sobre as ações dos sérvios e ele (como homem) acaba ignorando-a. Essa atitude resultou no massacre de Srebrenica. O filme também apresenta algumas vítimas não encontradas ou identificadas até os dias atuais. Ressalta o quão danoso é a morosidade dos agentes capazes de intervirem na crise, bem como a passividade na reação diante de um provável conflito, deixando oportunidade dos conflitos se transformarem em guerra. Desdenhando informantes, principalmente se as informações fossem oriundas de mulheres.

<sup>20</sup>Disponível em <<https://www.gettyimages.com.br/fotos/cerco-de-sarajevo?phrase=cerco%20de%20sarajevo&sort=best>>. Acesso em 12 de março de 2021.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar esse trabalho, uma linha do tempo foi traçada, o primeiro capítulo foi o que introduziu a história da Iugoslávia, desde o Estado criado e os fatores que levaram a sua dissolução. O segundo capítulo teve o propósito de elencar sobre as missões de manutenção da paz, desde o cunho tradicional de ajuda humanitária até as novas abordagens que foram criadas devido às falhas de atuação nos anos 1990, no capítulo final foi analisado o momento mais violento do conflito que foi a guerra da Bósnia.

É perceptível que a ideologia pregada por Tito e a identidade nacional que fora construída, não foram o suficiente para conter o avanço do nacionalismo na antiga Iugoslávia, com o crescimento em detrimento do sentimento indenitário criado no país, os primeiros movimentos beligerantes que lutaram pela independência (Croácia e Eslovênia), provocaram o início do conflito que ficou mais violento com o tempo. O líder sérvio Slobodan Milosevic não mediu esforços para tentar tornar o sonho da “Grande Sérvia” real, mesmo que para chegar ao objetivo, muitas pessoas morressem. Esse cenário serviu de plano de fundo para a ascensão do nacionalismo sérvio que reagiu com truculência para conter o avanço dos movimentos beligerantes.

No capítulo seguinte, foi elencado sobre duas missões de paz em específico, a UNPROFOR que não veio preparada para lidar com as questões mais violentas do conflito, e o resultado disso foi catastrófico, o grande exemplo desse despreparo foi a cidade e Srebrenica, onde é estimado que mais e 8 mil bósnio-muçulmanos perderam a vida, nessa cidade que era uma *Safe Area* comandada pela ONU, então, a missão que tinha a diplomacia e ajuda humanitária como *modus operandi*, necessitava de um quantitativo maior de soldados envolvidos e é claro poder bélico, em decorrência disso a UNMIBH foi posta em prática quando o conflito se encontrava no momento mais violento, pois os sérvios cercaram a cidade de Sarajevo e não hesitavam em atirar nos civis que se arriscavam nas ruas, e é isso que caracteriza o genocídio, devido a isso o tipo e abordagem da missão de paz mudou, porque os meios diplomáticos não estavam sendo o suficiente naquele momento, porém com a ação da OTAN os sérvios perderam força e assinaram o Acordo de Dayton, pondo fim ao conflito. As missões de paz são instrumentos importantes das Nações Unidas, entretanto, com a atuação pífia na década de 1990 houve a necessidade de novas abordagens que atuassem além da ajuda humanitária.

Contudo, a denúncia de Kathy Bolkovac fez o mundo descobrir um lado das missões de paz que a ONU fez de tudo para esconder, a exploração sexual promovida pelos capacetes azuis.

Ela denunciou os casos de abuso na corte britânica nos anos 2000, porém até hoje os acusados não foram julgados e novas denúncias vieram a público no ano de 2016, na República Centro-Africana.

Apesar dos esforços da ONU serem de grande valia, no que diz respeito ao MOU e as resoluções criadas, aparentemente, não estão sendo postas em prática, e as investigações são falhas, pois são os próprios chefes das missões de paz que decidem se a denúncia será investigada, e os soldados que tiverem vínculo com a organização sofrem as sanções, enquanto os soldados terceirizados são julgados no país que o contratou, ou seja, os soldados contratados por empresas de segurança dos Estados que estão envolvidos na missão são julgados pelos Estados ao qual possuem vínculo.

No terceiro e último capítulo, foi descrito o estudo de caso da monografia: Conflito da Bósnia e Herzegovina. O período desse conflito foi o mais violento, os constantes ataques aos direitos humanos só foram expostos através das ações de ONGs, como, *Helsinki Watch* e Médicos Sem Fronteiras, a matéria do repórter Roy Gutman também foi responsável por tornar pública as atrocidades cometidas pelo exército sérvio, nesse capítulo também é exposto a estratégia utilizada pelo exército sérvio para promover a limpeza étnica, ou seja, o estupro sendo uma arma de guerra, esta estratégia foi utilizada porque segundo eles, logo nasceriam sérvios legítimos e Bósnia e Herzegovina seria majoritariamente sérvia.

A principal conclusão tirada desse capítulo é que as mulheres são tão vítimas do conflito quanto os homens, porém tentam silenciar a violência sofrida por elas e no caso da Bósnia e Herzegovina as mulheres lutam até hoje para que os acontecimentos da guerra não sejam esquecidos, e mesmo depois de 26 anos do fim do conflito torna-se doloroso ver o descrédito e algumas pessoas para com essa luta, a exemplo, de Bakira, que luta para que o hotel ao qual foi mantida como escrava sexual, seja transformado em um monumento para que as lembranças dos horrores da guerra não se apaguem.

O objetivo dessa monografia foi elencar as consequências da inércia da comunidade internacional diante da dissolução da Iugoslávia, chegou-se à conclusão que invisibilidade do Estado iugoslavo, mesmo estando no continente europeu que é extremamente visado, foi subestimado pela comunidade internacional que preferiu fechar os olhos e não cogitou que os acontecimentos internos poderiam chegar ao nível violento que foi possível analisar no texto fazendo com que o estupro fosse utilizado como estratégia de guerra.

A saída para que casos como o da Bósnia e Herzegovina e Ruanda não voltem a acontecer, é a ONU fortalecer o trabalho e outras organizações, como, por exemplo, a *International Crisis Group* que tem o objetivo de fornecer análises sintéticas sobre conflitos

que acontecem na atualidade, buscando sensibilizar quem detém o poder e decisão e que possa interferir em sua evolução. O papel importantíssimo da ONG *International Crisis Group* ilustra que a conscientização em decorrência dos conflitos da década de 1990, é que não se deve intervir apenas depois da crise, mas que haja pelo menos uma atitude para evitar que a crise gere uma catástrofe.

A relevância do tema desta monografia, se enquadra no debate sobre gênero, tal debate só começou a ser relevante nas relações internacionais de forma tardia, por isso os estudos que tratam sobre a mulher que vivem ou viveram em zonas de conflito não são muito disseminados, o que causa espanto, pois mulheres e crianças também são vítimas de conflitos, mas a visão masculinizada desse tipo de estudo não traz à tona essa outra realidade que também está presente nos conflitos.

Os conflitos da Bósnia e Herzegovina e Ruanda serviram como horizonte para trabalhar a perspectiva de estupro como arma de guerra, pois foram uma das primeiras denúncias internacionais a ganhar destaque, mesmo com a morosidade da comunidade internacional em intervir em especial nesses dois conflitos acarretou na utilização dos corpos de meninas e mulheres como ferramentas estratégicas de limpeza étnica e o estupro como arma de guerra.



## REFERÊNCIAS

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. **A Guerra da Iugoslávia: uma década de crises nos Balcãs**. São Paulo: Usina do Livro, 2003.

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz; MATHIAS, Ana Luiza Terra Costa. **Identidades e diferenças: o caso da guerra civil na antiga Iugoslávia**. Marília: Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, 2012.

ALI, Rabi; LIFSCHULTZ, Lawrence. **Why Bosnia?**. *Third World Quarterly*, London, v. 15, n. 3, pp. 367-401, sep. 1994.

ALLEN, Beverly. **Rape warfare: the hidden genocide in Bosnia-Herzegovina and Croatia**. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1996.

ANJOS, Cláudia Giovannetti Pereira dos. **Atuação do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas nas crises humanitárias na década de 1990-2007**. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ANNAN, Kofi. **Secretary-General reflects on “intervention” in Thirty-Fifth Annual Ditchley Foundation lecture**. UN docs. SG/SM/6613/ Rev.1\*, 28 jun. 1998.

ANNAN, Kofi. Two concepts of sovereignty. **The Economist**, New York, n. 352, pp. 49-50, 18 sep. 1999

BARNES, Catherine. The functional utility of genocide: towards a framework for understanding the connection between genocide and regime consolidation, expansion and maintenance. **Journal of Genocide Research**. v. 7, n. 3, set, p.309-330, 2005.

BAYLIS, John; SMITH, Steve; OWENS, Patricia. **The globalization of world politics: an introduction to international relations**. 4 ed. Oxford: Oxford University Press, 2008.

BOLKOVAC, Kathryn; LYNN, Cari. **The Whistleblower: Sex Trafficking, Military Contractors, and One Woman's Fight for Justice**. 1. ed. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2011.

BRUKNER, Pascal. **A tentação da inocência**. Rio de Janeiro: Rocco, 1971.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lane. **The Evolution of International Security Studies**. New York: Cambridge University Press, p. 26-56. 2009.

BASSANETTI, Kalila. **O papel da mulher nos conflitos internacionais: um estudo de caso sobre a guerra da Bósnia**. Revista Cippus – UNILASALLE Canoas/RS. v. 3 n. 2 nov. /2014.

CAMPOS, Paula Drumond Rangel. **As Relações de Gênero e o Crime de Genocídio: Uma análise crítica das violências contra o gênero e da construção de identidades em Darfur**. 2010. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Acesso em 20 de janeiro de 2021.

COHN, Carol; HILL, Felicity; RUDDICK, Sara. **The Relevance of Gender for Eliminating Weapons of Mass Destruction**. Weapons of Mass Destruction Commission, 2005.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas. [online]. 2002, vol.10, n.1, jan., 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em 20 de março de 2021.

EUROPEAN COMMISSION. **Bosnia and Herzegovina 2012 progress report**. 2012. Disponível em: <[ec.europa.eu/enlargement/countries/strategy-and-progress-reportindex\\_en.htm](http://ec.europa.eu/enlargement/countries/strategy-and-progress-reportindex_en.htm)> Acesso em 15 de março de 2021

FAGANELLO, Priscila Liane Fett. **Operações de Manutenção da Paz da ONU: de que forma os Direitos Humanos revolucionaram a principal ferramenta internacional da paz**. 1 ed. Brasília: Editora FUNAG, 2013.

FARIAS, Estelina. Milosevic: acusação de genocídio é absurdo supremo. **DW**, Berlim, 01 de dezembro de 2001. Disponível em <<https://www.dw.com/pt-br/milosevic-acusa%C3%A7%C3%A3o-de-genoc%C3%ADdio-%C3%A9-absurdo-supremo/a-350988>>. Acesso em 23 de março de 2021.

FEARON, James; LAITIN, David. **Ethnicity, insurgency and civil war**. Revista American Political Science, 2003.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **As fronteiras raciais do genocídio**. Brasília: UNB, v. 01, n.01, janeiro – junho, p. 119–146, 2014.

GAGNON, V. P. **Ethnic Nationalism and International Conflict**: the case of Serbia. Revista International Security, 1995.

HOBBSAWM, Eric J.; RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. São Paulo: Paz e Terra, p.09, 1997.

HUGHES, Stuart. Vinte anos depois, vítimas de estupros na Guerra da Bósnia perdem esperanças. **BBC**, 2 de abril de 2014. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/04/140331\\_bosnia\\_estupros\\_1k](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/04/140331_bosnia_estupros_1k)>. Acesso em 22 de março de 2021.

IVEKOVIC, Ivan. **O drama iugoslavo**. Novos Estudos CEBRAP, n. 47. Rio de Janeiro, 1997.

JUDAH, Tim. **The Serbs: History, Myth and the Destruction of Yugoslavia**. New Haven: Yale University Press. 1997.

KAUFMAN, Stuart J. **Modern Hatreds: The Symbolic Politics of Ethnic War**. Ithaca: Cornell University Press, 2001.

KEEGAN, John. **Uma História da Guerra**. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

KRITSCH, Raquel; VENTURA, Raissa Wihby. **Relações Internacionais, teorias feministas e produção e conhecimento**: um balanço das contribuições recentes. Dourados: Monções - Revista de Relações Internacionais da UFGD, v.6. n.11, janeiro - junho, 2015.

LEMKIN, Raphael. **Axis Rule in Occupied Europe: Laws of Occupation, Analysis of Government, Proposals for Redress**, Washington: Carnegie Endowment for World Peace, 1944.

LIMA, Tamires. **A Guerra na Bósnia e o Acordo de Dayton**: a reformulação do Sistema e Segurança Europeu, 2017.

LOUREIRO, Juliana Albers Mendes. **Securitização da Identidade e Conflitos Étnicos**: antecedentes à guerra da Bósnia. Brasília: UNB, 2017.

MELLO, Cecília Antakly. BERCOVICI, Gilberto. **Bósnia-Herzegovina**: uma análise geopolítica. Alunos do Curso de Graduação da Faculdade de Direito da USP. Editora: REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1994.

MESSARI, Nizar; NOGUEIRA, João Pontes. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. 15°. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MOURA, Tatiana. et al. **Invisibilidades da guerra e da paz: Violências contra as mulheres na Guiné-Bissau, em Moçambique e em Angola**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2009.

NIKSIC, Stevan; RODRIGUES, Pedro Caldeira. **O vírus balcânico: o caso da Jugoslávia**. Assírio & Alvim: Lisboa, p. 289, 1996.

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. **The Crime of Genocide**. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/96\(I\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/96(I))> Acesso em 13 jan. 2021.

ONU. **Concluding comments of the Committee on the Elimination of Discrimination against Women: Bosnia and Herzegovina**, 1994. Disponível em < <https://bit.ly/32zY08e>> Acesso em 14 jan. 2021.

PERES, Andréa Carolina Schvartz. **Campos de Estupro: as mulheres e a guerra na Bósnia**. 2011.

PERES, Leonardo Augusto. **O Genocídio como um problema internacional: um estudo e caso sudanês**. Brasília: UNB, 2016.

PIOVESAN, Flávia **A Proteção Internacional dos Direitos Humanos das Mulheres**. Rio de Janeiro: EMERJ, v. 15, n.57, p-70-89, 2012.

RATKO Mladic: o 'açougueiro da Bósnia' condenado pela maior atrocidade na Europa no pós-Guerra. **BBC**, 22 de novembro de 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-42079338>>. Acesso em 22 de março de 2021.

RUDZIT, Gunther. **O debate teórico em segurança internacional: Mudanças frente ao terrorismo?**. São Paulo: Civitas – Revista de Ciências Sociais, v. 5. n. 2, jul.-dez. 2005.

SAIDEMAN, Stephen M. **The Ties That Divide: Ethnic Politics, Foreign Policy and International Conflict**. New York: Columbia University Press, 2001.

SCHOTT, Robin May. War rape, natality and genocide. **Journal of Genocide Research**. v. 13, n. 1-2, maio, p. 5-21, 2011.

SÉMELIN, Jacques. **Purificar e Destruir: usos políticos dos massacres e dos genocídios**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora DIFEL, 2009.

SEVERO, Marília Bortoluzzi. **Determinantes sistêmicos na criação e na dissolução da Iugoslávia**, 2011.

SILBER, Laura. LITTLE, Allan. **The death of Yugoslavia**. Londres: Penguin Books, 1996.

SILVA, Tomas Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença**. In SILVA, Tomas Tadeu da. (Org). *Identidade e diferença: a Perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SLANJANKIC, Azer. ONU acobertou casos de abuso sexual por capacetes azuis. **DW**, Berlim, 03 de março de 2016. Disponível em: <<https://p.dw.com/p/1I6uO>>. Acesso em 22 de março de 2021.

STIGLMAYER, Alexandra. **Mass Rape: The War against Women in Bosnia-Herzegovina**. 1 ed. Nebraska: Editora University of Nebraska, 1994.

SYLVESTER, Christine. The contributions of feminist theory to international relations. In: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia. **International theory: positivism and beyond**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

TAQUARY, Eneida Orbage de Britto; CORRÊA, José Rossini Campos do Couto. **A Construção do Conceito e Crime e Genocídio no Tribunal Penal AD HOC para Ex Iugoslávia: o caso e Srebrenica**. Brasília: UNB, 2017.

TROPA de paz da ONU é acusada de mais abusos na Rep. Centro-Africana. **G1**, 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/01/tropa-de-paz-da-onu-e-acusada-de-mais-abusos-na-rep-centro-africana.html#:~:text=A%20ONU%20denunciou%20nesta%20sexta,de%20paz%20internacio%20desde%202014>>. Acesso em 20 de março de 2021.

UNHCR. **The State of the World 's Refugees – Fifty Years of Humanitarian Action**. Oxford: Oxford University Press. Disponível em: <<http://www.unhcr.ch/pubs/sowr2000/ch09>>. Acesso em 19 de janeiro de 2021.

UNITED Nations. General Assembly. **A comprehensive strategy to eliminate future sexual exploitation and abuse in United Nations Peacekeeping Operations (Relatório Zeid)**. UN docs. A/59/710, 24 mar. 2005b. Disponível em: <[https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/421DA870DF78A2BCC1256FDA0041E979-Zeid%20report%20\\_A-59-710\\_%20English.pdf](https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/421DA870DF78A2BCC1256FDA0041E979-Zeid%20report%20_A-59-710_%20English.pdf)>. Acesso em 12 de fevereiro de 2021.

VALENTE, Júlia Leite. **O escopo do crime de genocídio**: considerações epistemológicas sobre os massacres. Rio de Janeiro: vol. 7, no .2, maio-agosto, p. 244-260, 2015

VULLIAMY, Ed. **Seasons in hell**: understanding Bosnia's war. New York, NY: St. Martin's Press, 1994.

WHITWORTH, Sandra. **Feminist Perspectives**. In: WILLIAMS, Paul D. Security Studies. London: Routledge, 2013.

WILLIAMS, Paul D. et al. **Security Studies an introduction**. 1°. ed. New York: Routledge. 2008.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. **La palabra de los muertos**: conferencias de criminología cautelar. Buenos Aires: Ediar, 2011.